

Márcio G. Taschetto Porto

O BRASIL E A GUERRA FRIA:

a participação do Bloco Socialista na crise brasileira de 1961-1964.

Monografia apresentada como
requisito parcial para a
conclusão do curso de
bacharelado em Relações
Internacionais do Centro
Universitário de Brasília –
UniCEUB.

Brasília – DF

2002

Márcio G. Taschetto Porto

O BRASIL E A GUERRA FRIA:

a participação do Bloco Socialista na crise brasileira de 1961-1964.

Banca Examinadora:

Profa. Raquel Boing Marinucci
(Orientadora)

Prof. Marco Antônio Meneses Silva
(Membro)

Profa. Renata de Melo Rosa
(Membro)

Brasília – DF

2002

Siglas utilizadas

ANL – Aliança Nacional Libertadora

CIA – Central Intelligence Agency

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

ESG – Escola Superior de Guerra

EUA – Estados Unidos da América

FBI – Federal Bureau of Investigation

FFAA – Forças Armadas

G11 – Grupo dos onze

GRU – Diretoria de Inteligência do Exército soviético

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

MR-8 – Movimento Revolucionário – 8 de outubro

OEA – Organização dos Estados Americanos

PC–SBIC – Partido Comunista–Seção Brasileira da Internacional Comunista

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PEI – Política Externa Independente

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID – United States Agency for International Development

USIA – United States Information Agency

Sumário

Siglas utilizadas, p. viii

Introdução, p. 1

1: A CRISE POLÍTICA E A DERRUBADA DO GOVERNO GOULART: CAUSAS DOMÉSTICAS, p. 5

1.1 – 1964: golpe ou revolução?, p. 12

2: OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E A DEPOSIÇÃO DE JANGO, p. 16

2.1 – EUA e a deposição: papel principal ou participante?, p. 24

3: O BLOCO SOCIALISTA E A PARTICIPAÇÃO NA CRISE DE 1961-1964, p. 30

3.1 – China e Cuba: a opção pela luta armada, p. 34

3.2 – A URSS e o *etapismo*, p. 44

Conclusão, p. 59

ANEXO A1: 1964 COMO UM CONTRA-GOLPE, p. 62

ANEXO A2: INQUÉRITO POLICIAL MILITAR Nº 709: O PCB E O PCUS, p. 78

Referências Bibliográficas, p. 84

Introdução

Passada a Segunda Grande Guerra, os Estados Unidos da América e a União Soviética iniciam o arrefecimento de um antagonismo ideológico que terminou por dividir o mundo em dois pólos hegemônicos. Por todo este de conflito, países em vários pontos do mundo se tornaram o cenário do equilíbrio de força entre a democracia ocidental e o bloco socialista. Na década de 60 tomam lugar dois de seus principais auges: em 1961, o exército norte-americano é deslocado para combater a Frente Nacional de Libertação e seus guerrilheiros *vietcongues*, numa ofensiva para impedir a expansão do socialismo do Vietnã do Norte até o Vietnã do Sul, pró-capitalista; em outubro de 1963, a “Ameaça Vermelha” se torna um perigo ainda mais próximo à potência estadunidense com a Crise dos Mísseis, quando a instalação de mísseis nucleares na ilha de Cuba é sucedida do ultimato da potência estadunidense para a sua retirada e do bloqueio naval à Ilha, quase deflagrando uma Terceira Guerra Mundial, desta vez, uma guerra atômica (MIR, 1994, p. 88).

Neste instável jogo de xadrez, o Brasil, maior país da América Latina, se apresentava como peça fundamental para o “domínio” do continente. Eliminar a instabilidade política no país e garantir a influência sobre os líderes de Brasília num governo alinhado era, para Washington, provavelmente a principal barricada para estancar a penetração do socialismo na região e evitar que uma nova Cuba, desta vez em maiores proporções, fosse criada no Continente (MIR, 1994, p. 21).

Para Pequim, Havana e Moscou, auxiliar os grupos que buscavam reformar as instituições nacionais – seja pelas armas, no caso dos dois primeiros, ou por etapas, no terceiro – significava construir a fortificação ideal para a expansão da Cortina de Ferro até as Américas (como passo seguinte à aproximação de Cuba ao Bloco Socialista) e defesa do que defendiam ser a revolução mundial em todos os pontos do globo (MIR, 1994, p. 22).

Foi neste contexto que o Brasil tornou-se tabuleiro no embate entre os dois blocos. Segundo Luís Mir:

Na disputa pela hegemonia planetária entre Moscou e Washington, o Brasil foi uma das provas cabais de quem era o detentor do poder real no Ocidente. Travou-se, em março e abril de 64 no Brasil, uma das mais importantes batalhas geopolíticas da Guerra Fria. Sem um único tiro, glória ou heróis (MIR, 1994, p. 22).

Porém, as análises sobre este período, em geral, mantêm a tendência de favorecer a participação de Washington em detrimento da participação de Moscou na crise e, como um todo, do Bloco Socialista. Resultante desse tipo de favorecimento é a argumentação de que os Estados Unidos da América seriam os principais responsáveis pela crise e pela conseqüente derrubada do Presidente João Goulart, transformando a dinâmica brasileira da crise em uma dinâmica unicamente resultante dos desígnios norte-americanos e, em conseqüência, ignorando a participação do outro bloco que, no desenrolar da Guerra Fria, influenciou a crise brasileira de 1961-1964.

Nesse sentido, este trabalho visa trazer à luz a participação do Bloco Socialista, sugerindo, na medida das possibilidades de uma monografia, a

construção de um quadro mais amplo, no qual conste não só a influência exercida por Washington sobre os conspiradores militares, mas, também, o papel desempenhado por Pequim, Havana e Moscou junto aos que, de uma forma ou de outra, buscaram no governo Jango a oportunidade de se firmarem no campo político nacional e, dessa forma, desenvolverem suas próprias estratégias referentes aos rumos a serem tomados pelo país.

A este trabalho, portanto, dividiremos em três capítulos distintos. Tendo em vista que a dinâmica básica da crise de 1961-1964 foi uma dinâmica brasileira, o capítulo primeiro busca apontar quais seriam, segundo os autores estudados, as suas causas domésticas, iniciando-se com a renúncia de Jânio Quadros ao cargo na Presidência e, em sua sucessão, a assunção de João Goulart ao poder, um dos marcos do início da crise que só terminaria em 1964, quando os militares derrubam o governo e instalam o regime militar. O ponto 1.1, por sua vez, trata da definição acerca do levante militar que derrubou o governo Goulart, o que consideramos como um assunto pertinente já que a falta de consenso entre os autores estudados é grande, contando com duas definições concorrentes – *golpe* e *revolução*.

Como uma introdução ao contexto internacional que permeou a crise de 1961-1964, o segundo capítulo trata da colaboração do governo norte-americano junto aos conspiradores militares que, em 1964, saem vitoriosos daquele período crítico. Uma colaboração baseada na política estadunidense de contenção do comunismo e no temor daquele país acerca da possibilidade de surgimento de mais outro governo na América Latina alinhado à Moscou. No ponto 2.1 daquele capítulo

discorreremos sobre a análise à qual nos referimos anteriormente, que propõe a deposição de Goulart ser fruto unicamente dos desígnios da intervenção dos Estados Unidos da América. A abordagem deste tópico, e a conseqüente proposta de uma análise mais ampla e não restrita à participação daquele governo, é importante à medida que abre caminho para a compreensão de que os Estados Unidos não foram os únicos que, no início da década de 1960, viram em jogo no Brasil seus interesses estratégicos.

Em seqüência tratamos, no terceiro capítulo, da participação do bloco que, em complemento à oposição que montava aos Estados Unidos mundialmente, também se enfrentou com aquele país em território brasileiro, em busca de seus próprios interesses e ganhos políticos e estratégicos, ou seja, o Bloco Socialista. Buscando engendrar esta tarefa, o terceiro capítulo subdivide-se em duas partes. O ponto 3.1 trata de China e Cuba, dois países comunistas adeptos da luta armada revolucionária e que, com maior ou menor intensidade, influenciaram os caminhos de um importante aliado de João Goulart, as Ligas Camponesas. Já o ponto 3.2 discorre sobre a participação da União Soviética junto, principalmente, a Luiz Carlos Prestes e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), os quais desempenharam papel ativo naquele período de crise.

Como dissemos anteriormente, a crise tem sua dinâmica básica brasileira (SKIDMORE, 1994, p. 46), ainda que forças externas tenham participado de seu desenrolar. Convém, portanto, mencionarmos, ao menos brevemente, as causas domésticas da crise que tomou lugar no país, de 1961 a 1964. Desta forma iniciamos este trabalho.

Introdução

Passada a Segunda Grande Guerra, os Estados Unidos da América e a União Soviética iniciam o arrefecimento de um antagonismo ideológico que terminou por dividir o mundo em dois pólos hegemônicos. Por todo este de conflito, países em vários pontos do mundo se tornaram o cenário do equilíbrio de força entre os Estados Unidos da América e a União Soviética e aliados. Na década de 60 tomam lugar dois de seus principais auges: em 1961, o exército norte-americano é deslocado para combater a Frente Nacional de Libertação e seus guerrilheiros *vietcongues*, numa ofensiva para impedir a expansão do socialismo do Vietnã do Norte até o Vietnã do Sul, aliado norte-americano; em outubro de 1962, a “Ameaça Vermelha” se torna um perigo ainda mais próximo à potência estadunidense com a Crise dos Mísseis, quando a instalação de mísseis nucleares na ilha de Cuba é sucedida do ultimato da potência estadunidense para a sua retirada e do bloqueio naval à Ilha, quase deflagrando uma Terceira Guerra Mundial, desta vez, uma guerra atômica (MIR, 1994, p. 88).

Neste instável jogo de xadrez, o Brasil, maior país da América Latina, se apresentava como peça fundamental para o “domínio” do continente. Eliminar a instabilidade política no país e garantir a influência sobre os líderes de Brasília num governo alinhado era, para Washington, provavelmente a principal barricada para estancar a penetração do socialismo na região e evitar que uma nova Cuba, desta vez em maiores proporções, fosse criada no Continente (MIR, 1994, p. 21). Para Pequim, Havana e Moscou, auxiliar os grupos que buscavam reformar as instituições nacionais – seja pelas armas, no caso dos dois primeiros, ou por etapas, no terceiro – significava construir a fortificação ideal para a expansão da Cortina de Ferro até as

Américas (como passo seguinte à aproximação de Cuba ao Bloco Socialista) e defesa do que defendiam ser a revolução mundial em todos os pontos do globo (MIR, 1994, p. 22).

Foi neste contexto que o Brasil tornou-se tabuleiro no embate entre os dois blocos. Segundo Luís Mir:

Na disputa pela hegemonia planetária entre Moscou e Washington, o Brasil foi uma das provas cabais de quem era o detentor do poder real no Ocidente. Travou-se, em março e abril de 64 no Brasil, uma das mais importantes batalhas geopolíticas da Guerra Fria. Sem um único tiro, glória ou heróis (MIR, 1994, p. 22).

Porém, as análises sobre este período, em geral, mantêm a tendência de favorecer a participação de Washington em detrimento da participação de Moscou na crise e, como um todo, do Bloco Socialista. Resultante desse tipo de favorecimento é a argumentação de que os Estados Unidos da América seriam os principais responsáveis pela crise e pela conseqüente derrubada do Presidente João Goulart, transformando a dinâmica brasileira da crise em uma dinâmica unicamente resultante dos desígnios norte-americanos e, em conseqüência, ignorando a participação do outro bloco que, no desenrolar da Guerra Fria, influenciou a crise brasileira de 1961-1964.

Nesse sentido, este trabalho visa trazer à luz a participação do Bloco Socialista, sugerindo, na medida das possibilidades de uma monografia, a construção de um quadro mais amplo, no qual conste não só a influência exercida por Washington sobre os conspiradores militares, mas, também, o papel desempenhado por Pequim, Havana e Moscou – com linhas revolucionárias distintas e não-homogêneas entre si – junto aos que, de uma forma ou de outra, buscaram no governo Jango a oportunidade de se firmarem no campo político nacional e, dessa forma,

desenvolverem suas próprias estratégias referentes aos rumos a serem tomados pelo país.

A esse trabalho, portanto, dividiremos em três capítulos distintos. Tendo em vista que a dinâmica básica da crise de 1961-1964 foi uma dinâmica brasileira, o capítulo primeiro busca apontar quais seriam, segundo os autores estudados, as causas domésticas, iniciando-se com a renúncia de Jânio Quadros ao cargo na Presidência e, em sua sucessão, a assunção de João Goulart ao poder, um dos marcos do início da crise que só terminaria em 1964, quando os militares derrubam o governo e instalam o regime militar. O ponto 1.1, por sua vez, trata da definição acerca do levante militar que derrubou o governo Goulart, o que consideramos como um assunto pertinente já que a falta de consenso entre os autores estudados é grande, contando com duas definições concorrentes – *golpe* e *revolução*.

Como uma introdução ao contexto internacional que permeou a crise de 1961-1964, o segundo capítulo trata da colaboração do governo norte-americano junto aos conspiradores militares que, em 1964, saem vitoriosos daquele período crítico. A influência do contexto internacional de Guerra Fria – tanto na influência norte-americana quanto na do Bloco Socialista – incide sobre a dinâmica brasileira da crise, não significando que as causas da crise brasileira daquele período fossem resultados diretos da Guerra Fria, mas sim fatores adicionais aos fatores domésticos predominantes. No caso dos Estados Unidos, essa foi uma colaboração baseada na política estadunidense de contenção do comunismo e no temor daquele país acerca da possibilidade de surgimento de mais outro governo na América Latina alinhado à Moscou, a exemplo de Cuba no início da década de 60. No ponto 2.1 deste capítulo discorreremos sobre a análise à qual nos referimos anteriormente, que propõe a deposição de Goulart ser fruto unicamente dos desígnios da intervenção dos

Estados Unidos da América. A abordagem deste tópico, e a conseqüente proposta de uma análise mais ampla e não restrita à participação daquele governo, é importante à medida que abre caminho para a compreensão de que os Estados Unidos não foram os únicos que, no início da década de 1960, viram em jogo no Brasil seus interesses estratégicos.

Em seqüência tratamos, no terceiro capítulo, da participação do bloco que, em complemento à oposição que montava aos Estados Unidos mundialmente, também se enfrentou com aquele país em território brasileiro, em busca de seus próprios interesses e ganhos políticos e estratégicos, ou seja, o Bloco Socialista. Buscando engendrar esta tarefa, o terceiro capítulo subdivide-se em duas partes. O ponto 3.1 trata de China e Cuba, dois países comunistas adeptos da luta armada revolucionária e que, com maior ou menor intensidade, influenciaram os caminhos de um importante aliado de João Goulart, as Ligas Camponesas. Já o ponto 3.2 discorre sobre a participação da União Soviética junto, principalmente, a Luiz Carlos Prestes e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), os quais desempenharam papel ativo naquele período de crise. Por Bloco Socialista não entendemos um grupo homogêneo, com um objetivo único e comum, mas os componentes do bloco que, em linhas gerais, se opuseram à hegemonia norte-americana durante este período, especificamente os três componentes principais deste Bloco, ou seja, a URSS, China e Cuba. Além da ausência de um objetivo único e comum, a estratégia para o desenvolvimento de seus próprios objetivos foi, igualmente, particular a cada um desses países, não havendo, também neste ponto, um consenso entre eles, como mencionamos a respeito do ponto 3.1 e 3.2.

A crise tem sua dinâmica básica brasileira (SKIDMORE, 1994, p. 46), mesmo que pretendamos enfatizar as forças externas que teriam participado de seu

desenrolar. Convém, portanto, mencionarmos, ao menos brevemente, as causas domésticas da crise que tomou lugar no país, de 1961 a 1964. Desta forma iniciamos este trabalho.

1 – A CRISE POLÍTICA E A DERRUBADA DO GOVERNO GOULART: CAUSAS DOMÉSTICAS.

A crise tem suas raízes em conflitos políticos e econômicos que tomaram lugar no período de 1961 a 1964. O final do mandato de Juscelino Kubitschek é caracterizado, entre outros fatores, pela emergência de uma alta taxa de inflação. Jânio Quadros iniciou seu governo com um programa ortodoxo antiinflacionário, mudando mais tarde sua política recessiva por uma estratégia *desenvolvimentista*, com resultados políticos mais favoráveis ao Presidente Quadros. Depois de sete meses de mandato, entretanto, Jânio renuncia (MACHADO PEIXOTO, 1986, pp. 355 e 356).

Goulart herda a situação econômica desfavorável. Não bastasse a crise, de posse da gravação do pronunciamento de Jango durante sua visita à China, no qual defendeu sua intenção de transformar o Brasil também numa república popular e que, para tanto, era necessário “esmagar o quadro de oficiais reacionários”, os Ministros Militares amadurecem a intenção de impedirem sua posse (AUGUSTO, 2001, p. 71). Endereçam ao Congresso um Manifesto, descrevendo Goulart como agitador notório em círculos da classe trabalhadora, acusando-o de ter concedido a agentes da Internacional Comunista posições-chave em sindicatos e de ter a intenção de promover a infiltração de comunistas nas Forças Armadas, transformando-as em simples milícias comunistas. O Congresso, pelo contrário, recusa-se a endossar o veto à posse de Goulart, e a alternativa parlamentarista, aprovada como Emenda Constitucional em 2 de setembro de 1961, é apresentada como solução para a crise (MACHADO PEIXOTO, 1986, p. 357). Parecia haver uma crença geral, mesmo entre os críticos de Goulart, em favor da obediência à

Constituição, como demonstração de um avanço das idéias democráticas constitucionais desde o Estado Novo de Vargas, e os líderes militares encontravam-se relutantes em agir em direção contrária à opinião pública, concordando então com a solução parlamentarista (WESSON; FLEISCHER, 1983, p. 19).

Jango igualmente concorda com a solução parlamentarista, mas, tempo depois, inicia a campanha pela volta do presidencialismo, convicto de que não poderia realizar as *reformas de base* sem poderes presidencialistas, e sugere – juntamente a elementos militares que o apoiavam – plebiscito popular para que seja decidida a questão. O plebiscito termina, em 6 de janeiro de 1963, e os resultado é favorável à volta do sistema presidencialista, sendo a razão numérica de eleitores a favor da proposta aproximadamente cinco vezes superior ao número de contrários à proposta. Incentivado, o Congresso segue o exemplo e, também em janeiro de 1963, com ampla folga, revoga o Ato Adicional que havia instituído o parlamentarismo, reintroduzindo o sistema presidencialista de governo. Jango continua buscando construir uma base política forte cultivando relações com o Centro e, ao mesmo tempo, mantendo o apoio da Esquerda, através de apelos diretos ao apoio popular para as reformas de base, mobilização das massas, apoio a rebeliões de soldados e agentes e sargentos do Exército e Marinha e para as Ligas Camponesas¹ (MACHADO PEIXOTO, 1986, pp. 357-358). A situação da economia, entretanto, continua a tornar-se cada vez mais crítica, com altas taxas de inflação. O governo tentou diminuí-la através de um programa de austeridade, mas a política

¹ As Ligas Camponesas eram associações de camponeses, militantes pela reforma agrária no país, se necessário, na “marra” (PINHEIRO NETO, 1993, p. 102). Nasceram de associações de trabalhadores rurais criadas no Pernambuco, estendendo-se posteriormente a outras regiões do Brasil, sendo criadas, de fato, em 1955, ganhando notoriedade principalmente a partir de 1960 (ROLLEMBERG, 2001, p. 21). Enquanto o prestígio e atuação das Ligas aumentava, crescia também a preocupação acerca do que as Ligas Camponesas seriam focos de guerrilha comunista no país. É considerada como uma das precursoras do Movimento dos Sem-Terra (MST).

econômica de estabilização carecia de consistência (BLACK, 1997, p.26) e foi, por pressões dos radicais de Esquerda a ele aliados, abandonada pelo Presidente².

Neste processo, desenvolvia-se uma certa radicalização das posições acerca dos rumos do país. A tarefa de abandonar a estabilização resultou para Goulart a união de grande parte das classes alta e média contra seu governo, enquanto, por outro lado, não resultou num aumento de apoio junto à esquerda (WESSON; FLEISCHER, 1983, p. 19). Análises sobre o período que contam com componentes marxistas, sempre atentas ao que consideram uma constante oposição entre o “capital” e o “trabalho”, afirmam que a tensão entre o “proletariado” e os “proprietários” amplificou-se, e desenvolveu-se, no período, um episódio próprio da *luta de classes* (MONIZ BANDEIRA, 2001, p. 204). Enquanto a desvalorização de salários, segundo BLACK, fazia com que a classe média temesse estar sendo *proletarizada*³, alguns oficiais militares viam os últimos desenvolvimentos como um mergulho em direção ao comunismo (1997, p. 23). A derrocada salarial prejudicava diretamente os militares que dependiam exclusivamente dos rendimentos profissionais. A oposição ao governo Goulart aumentava, enquanto crescia o movimento oposicionista não só militar, mas civil. De um lado, os militares, divididos em duas correntes principais, a dos “conspiradores históricos”, a princípio impotente, mesmo que segura de que a derrubada do governo Goulart deveria ser empreendida assim que surgisse a oportunidade; e uma segunda corrente, de “jovens oficiais” dos escalões intermediários, muito mais numerosa embora, segundo Pedreira, menos segura do que deveria fazer, que foi se formando na medida em que, como membros da classe média, recebiam estímulos adicionais para o oposicionismo,

² Wesson e Fleischer argumentam, ainda, que a política de estabilização requeria paciência, disciplina, um senso de prioridades econômicas e vontade de arriscar o descontentamento popular por um objetivo ao longo prazo, ou seja, nenhuma das virtudes que, segundo os autores, eram características de Goulart (1983, p. 19).

³ Do termo *proletarianized* utilizado pela autora.

uma vez que se sentiam diretamente afetados pelas medidas adotadas pelo governo Goulart (1964, p. 16). Crescia em paralelo, igualmente, a oposição civil, vinda de Lacerda, Adhemar de Barros, Armando Falcão e outros líderes adversários de Goulart (PEDREIRA, 1964, pp. 15-16).

A junção das oposições civil e militar, porém, foi dificultada, uma vez que alguns dos oposicionistas civis eram candidatos fortes à Presidência em 1965, e quanto mais se destacavam na luta contra o governo, mais se animavam com as suas próprias possibilidades eleitorais. Desta feita, sentiam-se, de um modo geral, protegidos pelo regime e, ademais, esperançosos sobre a perspectiva de vitória eventual no pleito de 1965. Sua oposição era essencialmente defensiva, visando evitar um eventual golpe do adversário Goulart sem com isso favorecer a ação dos conspiradores militares, que, ao derrubarem o governo, poderiam acabar com suas intenções eleitorais (PEDREIRA, 1964, pp. 15-16).

A oposição militar, por sua vez, cresceu em audácia, coesão e segurança de movimentos nos doze meses que precederam a derrubada do governo. Em abril e outubro de 1963, Goulart alimentaria mais uma vez as críticas de seus opositores militares. Em 4 de abril daquele ano, seria feita a intervenção simultânea na Guanabara e em Pernambuco, referentes a desordens que estariam programadas pelos oposicionistas no Rio, frustrada por recusa do General Osvaldo Alves, então Comandante do I Exército. Nos primeiros dias de outubro, uma força-tarefa de pára-quedistas teria recebido instruções não-oficiais para consumir um atentado contra Lacerda, governador da Guanabara, ao mesmo tempo em que tropas do IV Exército, no Recife, ocupavam ruas centrais da cidade e as imediações do palácio das Princesas, a fim de “atemorizar” o Governador Miguel Arraes, o que teria sido igualmente frustrado, por resistência dos próprios oficiais pára-quedistas, entre os

quais o Coronel Boaventura Cavalcanti, que mais tarde denunciaria a operação (PEDREIRA, 1964, pp. 13 e 14).

As oposições civil e militar viriam a se aproximar somente no início do último trimestre de 1963, ganhando impulso com a crise do Estado de Sítio, iniciada em 5 de outubro de 1963, quando Goulart, então, requer a declaração de Estado de Sítio, voltando atrás dois dias depois, em razão dos protestos vindos tanto da esquerda quanto da direita (BLACK, 1997, p. 26). As duas ramificações da oposição, civil e militar, eram apoiadas pelos setores inseguros e desconfiados com o governo Goulart, ou seja, as camadas decisivas da classe média, os fazendeiros e agricultores, e os grandes interesses do comércio e da indústria (PEDREIRA, 1964, pp. 11 e 12).

O envolvimento de Jango com lideranças comunistas teria sido a principal causa da intervenção militar em 1964, já que, vendo a aproximação do Presidente Jango a estes líderes, os conspiradores imaginavam ser Goulart o protagonista de uma eventual revolução comunista no país, ou pelo menos que estaria abrindo, por negligência, as portas do país ao comunismo. Nestes entendimentos desempenhou papel principal a doutrina da *Segurança Nacional* da Escola Superior de Guerra (ESG), influenciada pelo modelo da Escola Nacional de Guerra dos Estados Unidos⁴. Na doutrina ensinada na ESG, contava a teoria da “guerra interna”, introduzida por ocasião da Revolução Cubana, que postulava que a principal

⁴ A ESG, estabelecida formalmente em 20 de agosto de 1949, foi concebida como uma combinação entre os conceitos de ambas escolas norte-americanas, a Escola Industrial das Forças Armadas, cuja preocupação principal consistia na mobilização de recursos para a guerra, e a Escola Nacional de Guerra, com esforços voltados à política externa, com ênfase maior sobre aspectos internos do desenvolvimento e da segurança, sendo o Brasil um país ainda subdesenvolvido. A participação de civis foi também maior no caso brasileiro, de forma a buscar a formação de todos os que poderiam influenciar o governo. Com a ascensão de Fidel Castro e a revolução cubana, e a expansão de doutrinas revolucionárias, desempenharam função importante, no curso da ESG, o temor ao comunismo, o desenvolvimento de doutrinas de contra-insurreição e a convicção da necessidade de uma mudança básica para evitar a revolução (STEPAN, 1975, pp. 127-130).

ameaça à segurança do país não viria de invasão externa, mas sim de forças domésticas, a saber: os sindicatos trabalhistas de esquerda, os intelectuais, as organizações de trabalhadores rurais, o clero e estudantes e professores universitários, que, nesta condição de representarem ameaça à segurança nacional, deveriam ser, através ações decisivas, neutralizados ou extirpados. (SKIDMORE, 1988, p. 22). Sendo assim, Jango, por seu curso em direção à esquerda e sua aproximação a líderes comunistas, poderia ter que ser, igualmente, neutralizado.

A causa disso teria sido que João Goulart, mesmo não tendo uma ideologia própria, diante da oposição a ele erguida, buscou cada vez mais apoio junto às massas que o aplaudiam, como forma de pressionar o Congresso a aprovar as *reformas de base*. Suas propostas incluíam um programa de reforma agrária, o direito de voto dos analfabetos, legalização do Partido Comunista Brasileiro, reforma tarifária e bancária, e legislação antitruste; tentava, assim, manter contato com os movimentos populares (BLACK, 1997, p. 26), mesmo sendo ele mesmo um grande dono de terras, ou seja, diretamente afetado, segundo WESSON e FLEISCHER, por uma eventual reforma agrária (1983, p. 19). O apoio veio principalmente dos sindicatos, nos quais, diferentemente do que tomou lugar no governo Kubitschek – que se preveniu de tal possibilidade –, líderes comunistas conseguiram chegar a posições de comando, enquanto Jango radicalizava seu discurso, cada vez mais em direção à esquerda, de modo a encarar a competição e manter a lealdade e apoio dos trabalhadores (WESSON; FLEISCHER, 1983, p. 20).

Nos últimos meses de governo Goulart, a nação encontrava-se imersa em recorrentes greves e agitações nos sindicatos trabalhistas. Desta feita, o Brasil experimentava um crescimento *per capita negativo* (-1,5% em 1963) e à beira de uma hiperinflação (mais de 100% no trimestre) (SKIDMORE, 1973, p. 4). Para

alguns dos membros do alto escalão militar, este era outro sinal de uma eventual *comunização* do Brasil, tendo em vista a declaração bem anterior de Lênin de que a inflação monetária era um “aliado precioso do comunismo em países capitalistas” (BLACK, 1997, p. 23). Enquanto a economia caía em espiral, devido à produção desenvolvida por poucos diante da demanda de muitos, a crise foi agravada diante do congelamento da concessão de crédito financeiro ao Brasil por instituições financeiras ocidentais, diante da desconfiança acerca da economia brasileira e dos rumos que o país tomava.

Não bastasse a oposição montada pelos ministros militares à posse de Jango devido à, segundo argumentavam, subordinação de Goulart ao comunismo, nos líderes militares crescia a oposição ao governo Goulart, resultado do que consideravam a incitação da insubordinação militar por parte do Presidente. O Congresso, igualmente, montava oposição às propostas de reforma de Goulart, regularmente evitando somar quorum suficiente para as votações, de modo a impedir a formação da maioria necessária à aprovação de legislações importantes. O Presidente, entretanto, mantinha a certeza e confiança não só no apoio popular ao seu governo, mas também no *dispositivo militar* a ele leal – que estaria disposto a defendê-lo no caso de uma tentativa de depô-lo –, não hesitando, por isso, em participar do Comício em frente ao edifício do Ministério da Guerra, em 13 de março de 1964, presenciado por 120 mil pessoas; e da reunião de sargentos no Automóvel Clube, em 30 de março do mesmo ano, na qual as Forças Armadas brasileiras foram descritas, como o aparente endosso do Presidente, como um “chicote maldito para escravizar o povo brasileiro” (MACHADO PEIXOTO, 1986, p. 358-359).

Em vista do comparecimento de Goulart à reunião dos sargentos no Automóvel Clube e as últimas declarações do Presidente, o General Olympio Mourão Filho,

então, decide acelerar o levante militar (MOURÃO FILHO, 1978). Castelo Branco tentou, ainda, postergar a insurreição para quando os preparativos estivessem completos, mas era tarde demais (WESSON; FLEISCHER, 1983, p. 24). As tropas cruzam Minas Gerais, desde Juiz de Fora e Belo Horizonte, em direção ao Rio de Janeiro e Brasília no último dia de março daquele ano. Nascia daí a tomada de poder que iniciou as duas décadas de regime militar, considerada por alguns como a “instalação (...) da feroz, intolerante e criminosa ditadura militar” (PINHEIRO NETO, 1993, p. 10), enquanto aclamada por outros como “a mais decisiva vitória pela liberdade em meados do século XX” (GORDON, apud COUTO, 1999, p. 173).

Enquanto Mourão Filho e membros do alto escalão das FFAA punham em marcha suas tropas com destino a Brasília, Jango viu perder seu apoio, fugindo então para o Rio Grande do Sul numa última tentativa de montar um movimento de resistência ao levante militar e voltar ao Planalto.

1.1 – 1964: golpe ou revolução?

A deposição de Goulart, entretanto, carece de uma ampla concordância acerca de sua definição. Enquanto que, para descrever a conspiração militar que derrubou Jango, alguns aplicam o termo *golpe* (notadamente os que mantêm opinião negativa acerca do episódio), é também comum o uso de *revolução* pelos que compartilham argumentação contrária, favorável à deposição de Goulart.

Utilizar a definição de *golpe* pressupõe que o objetivo da conspiração militar era a tomada do poder. As intervenções dos militares na política brasileira, entretanto, para Machado Peixoto, sempre foram, por tradição, empreendidas com um viés de

poder moderador. O regime militar instaurado após 1964 (ou seja, os militares buscando para si o papel de dirigentes), constitui exceção no histórico das intervenções militares na história do Brasil (MACHADO PEIXOTO, 1986, p. 355).

Porém não seria esta a intenção inicial da derrubada de Goulart, uma vez que, segundo D'Araujo, Dillon Soares e Castro, o General Castelo Branco e os *castelistas* buscaram fazer desta um processo transitório e breve, o que não aconteceu devido à suplantação gradual dos militares *castelistas* pelos de *linha dura*⁵. O grupo da *Sorbonne*, agrupada em torno de Castelo Branco, desejava uma intervenção rápida encerrando-se com a devolução do poder aos civis, enquanto gradualmente os *costistas*, ao redor do General Costa e Silva, teriam aumentado a disposição em radicalizar o regime, até imporem a sucessão de Castelo Branco por Costa e Silva (D'ARAUJO, DILLON SOARES & CASTRO, 1994, pp. 19-20). Outra argumentação refere-se à quebra do padrão “moderador” das intervenções militares na política brasileira resultante da expansão das doutrinas de guerra revolucionária no final da década de 50 e na década de 60, principalmente pelo “exemplo cubano”, e a percepção de que a estratégia da guerra revolucionária envolvia todos os níveis da sociedade, implicando, desta forma, uma expansão no papel dos militares e na

⁵ Também o General Emílio Garrastazu Médici, Presidente durante os chamados *anos de chumbo* do final da década de 60 e início da década de 70, onde os militares enfrentaram maior oposição por parte dos grupos revolucionários e **onde a repressão resultou na suspensão de direitos e garantias individuais**, argumentou que a própria repressão, que atingiu então força antes nunca vista no território nacional, foi empreendida unicamente para possibilitar a abertura política efetiva, que só foi iniciada no governo sucessor, do General Ernesto Geisel. Nas palavras de Médici, era sua intenção iniciar a abertura política durante seu governo, o que teria sido impossibilitado devido à ação da guerrilha urbana. Ainda, em entrevista, Médici afirma que buscou antes deixar a repressão a cargo da polícia, mas, ao constatar que os vitimados nos ataques da guerrilha atingiam apenas militares e não policiais (principalmente depois do episódio ocorrido em julho de 1972, quando o major Júlio César Toja Martinez foi morto em uma operação de repressão), Médici teria decidido que “Nós estamos numa guerra e não podemos sacrificar os nossos”. Não nos cabe aqui, entretanto, abordarmos o assunto nesta monografia. Mais sobre os argumentos do ex-Presidente Médici em SCARTEZINI, A.C. **Segredos de Médici**. São Paulo: Marco Zero, 1985. A linha geral das análises sobre o governo Médici, entretanto, seguem conforme as linhas utilizadas por Eduardo Bueno ao descrever o período, ao afirmar que “Médici faria o país retroceder aos tempos do Estado Novo (...) Médici enterrou outra vez as esperanças de redemocratização do país”. Mais sobre esta análise, discordante da primeira, em BUENO, Eduardo. **História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 1997. p. 259

crença de legitimidade destes novos papéis, ao contrário de uma situação anterior, na qual os militares não criam ter legitimidade para governar (STEPAN, 1975, p. 128).

Por outro lado, a denominação de *revolução* nos deixa a impressão de que a derrubada de Jango teria sido consequência de um amplíssimo movimento popular, relegando à sociedade civil o papel principal na derrubada de Goulart e retirando, assim, das mãos dos militares sua caracterização de protagonistas no levante. Pressupõe, de certa forma, a existência de um *plano* de governo, ideológico ou de qualquer outro tipo, por parte dos conspiradores. Esta idéia pode ser contra-argumentada segundo os depoimentos coletados por D'Araujo, Soares e Castro, a conspiração “foi ‘contra’, e não ‘a favor’ de algo. A questão imediata, segundo a maioria dos relatos, era tirar Jango e fazer uma ‘limpeza’ das instituições. A maneira de fazê-lo seria pensada e estruturada *a posteriori*” (D'ARAUJO, DILLON SOARES & CASTRO, 1994, p. 18).

As definições de *golpe* ou *revolução*, portanto, parecem sugerir caminhos diametralmente opostos, bem como trazem consigo todo um conjunto de outras idéias e conceitos – *negativos* e *positivos*, respectivamente – que, por sua vez, influenciam ao leitor uma conclusão favorável ou desfavorável à derrubada de Goulart e instalação do regime militar – mesmo que o mais comum nos meios acadêmicos seja o termo *golpe*. Nenhum dos dois, *golpe* ou *revolução*, portanto, será aqui utilizado. Utilizar-se-á, na maioria dos casos, a expressão genérica *derrubada de Goulart* ou similares, mesmo que, em nossa opinião, uma solução à controvérsia seria uma terceira definição, baseada no que seria o caráter inicial da conspiração militar, ou seja, a definição de 1964 como um *contra-golpe* (sobre este ponto, ver o anexo A-1).

De toda feita, não eram somente os militares que, em vista do que argumentavam ser a *comunização* do país, viriam a desenvolver como objetivo principal a derrubada do governo João Goulart. Também vislumbrando o que aos seus olhos também seria o destino brasileiro, o governo estadunidense tem em mente a *teoria do dominó*, postulando que a onda revolucionária vermelha se irradiaria a partir de Cuba para o resto do Continente e, caso se reproduzisse com sucesso no Brasil – uma Cuba continental – seria impossível detê-la (MIR, 1994, p. 21). A seguir, trataremos da participação americana, uma das forças estrangeiras que, adicionada à dinâmica predominantemente doméstica da crise, contribuiu, através do apoio garantido aos conspiradores, para a deposição de Goulart.

2 – OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E A DEPOSIÇÃO DE JANGO.

Enquanto a crise se acirrava e as posições se radicalizavam, os Estados Unidos temiam uma guinada do Brasil à esquerda (SKIDMORE, 1988). Para Hermann Kahn, consultor do Pentágono, o diagnóstico para o futuro do país era o de que, se Goulart não fosse derrubado com participação das tropas norte-americanas a fim de evitar uma guerra civil, “No plano político, o Brasil [seria] comunizado e vietnamizado sobre a base de um regime castrista, que exportará a revolução para todos os outros países limítrofes” (apud MIR, 1994, p. 21). Os rumos tomados pelo governo Goulart preocupavam Washington, tanto em sua política externa, com a reaproximação ao bloco soviético e Cuba, quanto nos caminhos em que o governo tomaria internamente, enquanto Jango se aproximava cada vez mais à Prestes e outros líderes comunistas, em aliança pelas *reformas de base*.

A atuação da *Política Externa Independente* (PEI) do Brasil, remanescente do governo Quadros, e o discurso por ela adotado à medida que a crise se aprofundava, era um dos maiores indícios que teriam contribuído para o diagnóstico negativo de Washington. Para o governo norte-americano, bem como para os opositores conservadores de Goulart, a busca do pragmatismo pregado pelos princípios da PEI, significava não uma busca de neutralidade, mas uma aproximação a posições antiestadunidenses. Um retrato dos atritos criados entre a representação norte-americana e a diplomacia brasileira se deu em 22 de janeiro de 1962, oportunidade na qual a Organização dos Estados Americanos (OEA) se reúne sob convocação norte-americana. Na votação referente à expulsão de Cuba da organização, a representação brasileira condenou a opção cubana pelo alinhamento oficial a Moscou e ressaltou seu desagrado, mas, no fim das contas, terminou por se

abster. A representação do Brasil se disse contrária a uma eventual intervenção armada na Ilha, e San Tiago Dantas, Chanceler do governo Goulart, defendeu na mesma conferência a neutralidade e a aplicação do direito de autodeterminação para Cuba. Como consequência, foi repreendido pelo Secretário de Estado estadunidense, Dean Rusk. Este teria afirmado que, em caso de necessidade, os Estados Unidos da América não deixariam de intervir no país. O golpe no Brasil seria um objetivo permanente se houvesse emergência para os interesses norte-americanos (MIR, 1994, p. 66). Para Moniz Bandeira, teria resultado da tentativa de expulsão de Cuba da OEA, e pelo fato do Brasil, a exemplo do México e Venezuela, ter se recusado a votar junto com os Estados Unidos, a principal causa dos futuros atritos entre Goulart e os Estados Unidos (2001, pp. 69-71), enquanto Lincoln Gordon afirma que o episódio toldou brevemente as relações bilaterais, mas o relacionamento entre os dois países voltou à normalidade em abril, na ocasião da visita de Goulart a Washington (2002, p. 321). Neste ínterim, Goulart fazia uso de dois expedientes distintos: enquanto buscava ganhar a simpatia do governo norte-americano através do trabalho de ministros amigáveis em relação aos EUA (como Moreira Sales, na Fazenda, e Afonso Arinos, Relações Exteriores), atacava violentamente os Estados Unidos no cenário interno, por meio de esquerdistas extremados, como Brizola e o “grupo compacto” (GORDON, 2002, p. 326).

Já no primeiro trimestre de 62, o Presidente norte-americano, John Fitzgerald Kennedy, envia assessor, Arthur H. Schlensinger, ao Nordeste do Brasil, para análise da situação na região. O diagnóstico do assessor: um vendaval revolucionário assolava essa região estratégica do Brasil. Era preciso fazer algo para que o Nordeste do país não caísse nas mãos da revolução comunista. Nesse sentido, a Agência Central de Inteligência (CIA) seleciona como aliado na região,

contra o PCB, a Igreja Católica, e Kennedy deflagra um intenso trabalho de relações públicas, enviando ao Brasil George MacGovern, diretor da “Alimentos Para a Paz”, Edward Kennedy, procurador-geral, e Henry Kissinger, assessor de segurança nacional, entre outros. Seria assim o início do contra-ataque ao trabalho político do PCB na região (MIR, 1994, p. 70). Para evitar esta ameaça, começam a desembarcar no país, ainda no mesmo primeiro trimestre de 1962, milhares de militares e agentes norte-americanos especializados em contra-insurreição, com o disfarce de membros do *Peace Corps* e da *Usaid*, bem com o objetivo de rastrear e localizar os preparativos revolucionários no Nordeste, enquanto distribuía alimentos, roupas e medicamentos às populações camponesas miseráveis da região, alvos preferenciais dos agitadores comunistas. Teriam sido, segundo o ex-embaixador Lincoln Gordon, ao total, 40 mil soldados e agentes, número suficiente para fazerem frente a uma guerra civil posterior à derrubada de Goulart (MIR, 1994, p. 69).

Em 30 de julho de 1962, em reunião com o Presidente norte-americano, Lincoln Gordon aconselha Kennedy de que os EUA não deveriam estimular um golpe, mas sim adotar dois caminhos paralelos: usar o prestígio que o relacionamento amigável com Kennedy rendia a Jango e, ao mesmo tempo, organizar as forças tanto políticas quanto militares para reduzir o poder de Goulart ou, em uma situação extrema, destituí-lo. Mas, para Gordon, o fim da frente militar era primeiramente manter Goulart nos trilhos, aconselhamento apoiado tanto por Kennedy quanto seu sucessor, Lyndon Johnson (GORDON, 2002, p. 328). Lincoln Gordon afirma ainda o conhecimento do então adido militar, o coronel Vernon Walters, sobre a conspiração em andamento, mas nega, em seu livro, o envolvimento direto de Walters nos preparativos para a derrubada de Goulart. Enquanto Moniz Bandeira afirma que

Walters “coordenava as operações da CIA no Brasil, envolvendo-se diretamente no contrabando de armas” (BANDEIRA, 2001, p. 128), Lincoln Gordon responde que, pelo contrário, “Walters (...) não conhecia os detalhes desses planos” (GORDON, 2002, p. 361).

O General Olympio Mourão Filho, por sua vez, confirma o oferecimento da aproximação de uma esquadra para auxílio aos revolucionários em caso de conflito prolongado, o que por fim terminou não ocorrendo⁶. A esquadra, além disso, seria uma medida para a proteção dos norte-americanos que viviam no país na época (SILVA, 1978, p. 29). SILVA descreve supostas conversas entre líderes da conspiração e “um estranho personagem, que se dizia grego e representante de um organismo internacional de combate ao comunismo, logo identificado com a CIA. Oferecia armas e tudo o que fosse necessário” (1978, p. 27).

Em 22 de outubro de 1962, o governo norte-americano entra em alerta, ao iniciar-se a Crise dos Mísseis cubana, quando a instalação de mísseis de médio alcance, enviados pelos soviéticos ao território cubano, deflagra uma crise entre URSS e EUA. Já no dia seguinte viria o ultimato de Kennedy, ordenando a União Soviética a retirá-los, sob pena de um ataque norte-americano com a força máxima. Os soviéticos recuam, mas consolida-se a decisão do governo norte-americano de impedir o surgimento de uma nova Cuba no Continente. E o mais provável candidato a nova Cuba era, segundo MIR, o próprio Brasil (1994, pp. 89-92).

Iniciam-se em 1963 os golpes na região. Guatemala, Equador, República Dominicana, Honduras. Kennedy é assassinado em 22 de novembro de 1963, e toma posse Lyndon Johnson, que externava aos seus interlocutores brasileiros que

⁶ Esta seria a Operação *Brother Sam*, chefiada pelo general George S. Brown que, segundo BANDEIRA, não visava apenas fornecer apoio logístico aos sublevados, mas também intervir militarmente no Brasil em caso de necessidade (2001, p. 173). A afirmação de que a ajuda militar norte-americana nunca ocorreu é repetida em CORRÊA, 1977, p. 16.

Goulart seria um refém da esquerda, uma ameaça direta aos interesses norte-americanos. Não obstante, Goulart insiste em manter suas exigências ao governo estadunidense, especificamente as referentes às indenizações pela desapropriação de empresas norte-americanas concessionárias de serviços públicos. Com o tempo, a PEI dos tempos de Goulart terminou por defender um discurso nacionalista mais radical, atacando as corporações estrangeiras e os empresários a elas ligados, abandonando uma postura conciliatória em direção aos EUA (WESSON; FLEISCHER, 1983, p. 20). Washington, entretanto, colocara o governo Goulart na linha de tiro, e o tratava oficiosamente como um governo “criptocomunista” – ou seja, secretamente comunista – a serviço de Havana e Moscou (MIR, 1994, p. 111). A abordagem norte-americana continuou sendo, porém, a de que a manutenção da estrutura constitucional do Brasil e do calendário eleitoral seria o melhor resultado, mas se isto falhasse, um golpe por forças simpáticas aos Estados Unidos seria preferível a um golpe apoiado pela União Soviética e Cuba (GORDON, 2002, p. 359).

Em janeiro de 1964, Prestes viaja para Moscou, partindo depois para Havana. Durante a viagem, defende a subida dos comunistas ao poder no Brasil, enquanto o dispositivo militar do PCB impediria qualquer movimentação golpista por parte da direita. A CIA acompanha os passos de Prestes. Como diagnóstico, sugere que esperar o fim do mandato do Goulart e apoiar uma candidatura civil e anticomunista significaria agir tarde demais. Para a Agência, os comunistas tentariam o assalto ao poder em poucas semanas, tomando o poder no Brasil que, em 1964, segundo Washington, mantinha todas as condições para a emergência de um movimento desta natureza. Enquanto Luiz Carlos Prestes e aliados desconsideravam qualquer possibilidade de sucesso de um golpe militar que abortasse os planos dos líderes

comunistas, Castelo Branco recebia, segundo Mir, aconselhamento diário do coronel Vernon Walters e do embaixador Lincoln Gordon, com vistas a derrubar quanto antes Goulart, ocupando o poder e nele instalando um governo forte e anticomunista, para que assim fosse evitada uma guerra civil (1994, pp. 122-125). Como dissemos anteriormente, Gordon discorda do envolvimento direto de Walters nos planos dos conspiradores.

Deflagrada e bem-sucedida a deposição de Goulart, Washington não tardou a reconhecer o novo governo instalado, suscitando não só críticas, mas suspeitas de envolvimento em seus planos (CANTARINO, 1999, p. 70). Inicia-se assim, portanto, a argumentação na qual o envolvimento norte-americano na crise de 1964 ganha contornos não de uma força adicional na deflagração da deposição de Goulart, mas sim de aspirante a protagonista, indispensável à sua realização.

Para Ladislav Bittman, ex-chefe do serviço de Inteligência tcheca na década de sessenta e setenta, grande parte da responsabilidade por este tipo de análise é o empreendimento, com sucesso, da propaganda comunista na região, que amplificava a participação norte-americana na instauração destes governos militares no Continente. A intenção, para o Serviço de Inteligência tcheca e soviética, era criar a impressão de que os Estados Unidos eram planejadores e executores únicos ou principais dos golpes na região. Segundo o ex-agente, a tática da Inteligência Tcheca era “criar a impressão de que os Estados Unidos estavam forçando a Organização dos Estados Americanos (OEA) para uma mais ativa postura anticomunista enquanto a Agência Central de Inteligência (CIA) planejava golpes de estado contra regimes no Chile, Uruguai, Brasil, México e Cuba”. As maiores vitórias da Inteligência Tcheca, para Bittman:

(...) foram obtidas em países em desenvolvimento que enfrentavam altos índices de desemprego, problemas complicados de foro social, lingüístico, tribal e econômico, nacionalismo agressivo, influência de oficiais militares em assuntos políticos, e considerável ingenuidade dentre os líderes políticos. A América Latina, com fortes sentimentos antiamericanos, foi particularmente fértil e sensível às provocações do Leste Europeu (BITTMAN, 1985, p. 8).

Os sucessos, para Bittman, teriam sido facilitados pelo fato de que a Inteligência Tcheca, na ocasião, “detinha inúmeros jornalistas à sua disposição na América Latina. Ela influenciava ideologicamente e financeiramente vários jornais do México e Uruguai e até mesmo possuía um jornal brasileiro até abril de 1964” (BITTMAN, 1985, p. 8).

Para alguns, os militares brasileiros, sem o apoio militar estadunidense, sob a forma de gasolina, armas, munições e até mesmo assessores, se necessário fosse, não colocariam em prática os planos de derrubada do *petebista* (MONIZ BANDEIRA, 2001, p. 31). Esta abordagem sugere que a potência norte-americana seria, portanto, o único mentor da deposição de Goulart, utilizando como *marionetes*⁷ para a execução de seus planos os militares brasileiros.

Tão logo os militares assumiram o poder, a oposição começou a questionar as origens da derrubada do governo em 1964. Segundo SKIDMORE, a esquerda, ao buscar esta origem, defendia que os Estados Unidos era a força motriz por trás da derrubada de Goulart⁸. Para eles, militares e políticos brasileiros haviam seguido as ordens de seus senhores americanos e o Brasil agora pagava o preço. Os indícios apontados para a argumentação da esquerda, para SKIDMORE, eram que:

O capital americano (e estrangeiro de modo geral), podia agora penetrar a economia brasileira à vontade. A remessa de lucros para

⁷ Moniz Bandeira utiliza o termo *puppets*.

⁸ Argumentação já utilizada em 1965, presente em MOREL, Edmar. **O golpe começou em Washington**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

o país de origem seria agora mais fácil que anteriormente sob a lei de 1961, a qual o governo militar rapidamente revogou em 1964. Os Estados Unidos podiam enviar suas "missões técnicas" para ajudar o governo militar com tudo, desde a construção de estradas até a publicação de livros. Em suma, [para estes críticos da derrubada do governo,] o Brasil em breve perderia sua capacidade de agir como uma nação soberana (1994, p. 47).

A esta forma de argumentação refere-se Olavo de Carvalho, ao afirmar que “Milhões de crianças brasileiras, nas escolas oficiais, são adestradas para repetir que o golpe militar de 1964 foi obra dos Estados Unidos, como parte de um projeto de endurecimento geral da política exterior ianque na América Latina”⁹, enquanto a participação oposta dos países bloco socialista é geralmente ignorada. Desta forma, “Desde 1964, a crença de que o golpe de 31 de março desse ano foi orquestrado pelos norte-americanos, lançada pela oposição esquerdista, veio conquistando um espaço cada vez maior na mídia, nos livros de "História" e no ensino, até tornar-se um dogma que só um lunático ou um desalmado agente do imperialismo ousaria contestar.”¹⁰. Sobre a argumentação que aponta para Washington como principal planejador da deposição de Jango, discorreremos brevemente a seguir, uma vez que se torna necessário, para o desenvolvimento deste trabalho, o levantamento das críticas a essa abordagem que tende a ignorar a participação do outro bloco que, num contexto de Guerra Fria, se enfrentou com os Estados Unidos da América: o Bloco Socialista.

⁹ CARVALHO, Olavo de. Revista Época, 17 de fevereiro de 2001. “Sugestão aos colegas”

¹⁰ CARVALHO, Olavo de. Sítio de notícias Mídia sem máscara, “Derrubando a história oficial de 1964”.

<http://midiasemmascara.org/materia.asp?cod=91>. Acesso em 11 de junho de 2003.

2.1 – EUA e a deposição: papel principal ou participante?

Os Estados Unidos teriam sido entusiásticos defensores da derrubada do governo em 1964 (SKIDMORE, 1988). Adolf Berle, ex-embaixador americano no Brasil e um dos criadores da Aliança para o Progresso, e Lincoln Gordon, também ex-embaixador, não tardaram a enviar mensagens de apoio ao novo governo. Enquanto Berle defendia que “Goulart estava levando o seu país para as fileiras do comunismo cubano e por isso tinha que ser deposto” (SKIDMORE, 1988, p. 66), Lincoln Gordon declarava que “A revolução de 31 de março no Brasil constitui, do ponto de vista americano, um dos mais notáveis acontecimentos da segunda metade do século 20 e merece ocupar um lugar na História tão importante como [o] fim da guerra da Coreia, o início do Plano Marshall ou a solução da crise dos mísseis soviéticos em Cuba” (apud MIR, 1999, p. 22).

Convém lembrar, entretanto, que os norte-americanos não foram os únicos a compartilhar desta idéia. Estaria incluída, nos que festejaram o acontecimento, a maior parte da mídia brasileira, como o Jornal do Brasil, Correio da Manhã, o Globo, Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo; a Igreja; a Ordem dos Advogados do Brasil; bem como institutos privados, a exemplo do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) (SKIDMORE, 1988). Foram entusiásticas, ainda, as demonstrações de apoio vindas de grupos proclamados anticomunistas e anti-Goulart, como a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” que dias antes, no dia 19 de março de 1964, tinha reunido, com terços na mão, mais de 500 mil pessoas em São Paulo. Ainda, segundo depoimentos de militares o levante teria sido, em grande parte, incentivado pela própria população, não tendo ocorrido não fosse o que, aos seus olhos,

representava um amplo apoio popular (D'ARAUJO, DILLON SOARES & CASTRO, 1994)¹¹.

Não obstante ao que seria para os militares um amplo apoio popular à derrubada do governo, a conspiração militar é freqüentemente, como mencionamos no final do capítulo anterior, descrita com contornos *entreguistas*, como se o agravamento da crise e a deflagração do levante militar tivessem sido promovidos única e exclusivamente pela potência norte-americana. Para grande parte dos que dessa maneira argumentam, as derrubadas de governos brasileiros, em geral, teriam sido resultados diretos de choques de interesse entre o esforço de industrialização brasileira e os interesses de capitais estrangeiros, mais precisamente da Inglaterra e dos EUA (MONIZ BANDEIRA, 2001)¹².

A referência a eventuais influências estadunidenses maléficas aos rumos do país, como manipuladores das cordas dos atores políticos brasileiros, é comum na história brasileira. As *forças ocultas* norte-americanas seriam apontadas como causa, ou como protagonistas, da intervenção militar de 1964 porque esta segue o exemplo de grande parte dos importantes acontecimentos nacionais. Para Hélio Silva “Não foi a primeira vez que se ligou um fato político brasileiro à influência dos

¹¹ Moniz Bandeira questiona o que seria este amplo apoio popular, uma vez que o governo João Goulart, no momento em que foi derrubado, contava com grande aprovação pública (MONIZ BANDEIRA, 2001, p. 185). Os números apontados pelo próprio Moniz Bandeira, entretanto, parecem sugerir uma votação apertada numa eventual campanha de reeleição de Goulart, pois, segundo pesquisa do IBOPE concluída cinco dias antes da derrubada do governo, 47% dos entrevistados votariam em Jango, enquanto 46% não votariam (enquanto as pesquisas de hoje em dia adotam, em geral, o desvio de 1% a 2% nos seus resultados). Assim sendo, talvez fosse possível concluir que, na verdade, nenhum dos dois lados, Jango ou os conspiradores, teria de fato um amplo apoio popular.

¹² Segundo a argumentação de Jarbas Passarinho, a comparação entre a situação da economia brasileira durante o governo Goulart e durante o regime militar, entretanto, deporiam contra esta argumentação, tendo em vista o crescimento econômico brasileiro experimentado durante os governos militares que, pelo contrário, teriam servido justamente para diminuir o abismo econômico entre o Brasil e os países desenvolvidos. Vide PASSARINHO, Jarbas. **“Pode a História ser apagada?”**. Estado de São Paulo, 8 de abril de 2003, A2. Para Passarinho, “Recebemos um País em que a inflação (sem correção monetária) chegara a 81% em 1963 e se projetava para 150% em 1964. O PIB per capita, negativo: -1,8%. No mundo, pela comparação do PIB, estávamos no 46.º lugar. (...) [no fim do regime militar,] O PIB elevou o Brasil a 8.ª economia do mundo (hoje é a 13.ª).”

Estados Unidos. Quando Vargas se suicidou, a mesma acusação foi feita. E, aludindo às forças ocultas que teriam forçado sua renúncia, Jânio deixou-a no ar. Ela teria de se repetir na queda de Jango” (1978, p. 27).

A argumentação de que Washington foi a principal força motriz por trás do levante pressupõe que as forças estrangeiras impuseram sua própria dinâmica nos rumos do Brasil, relegando ao segundo plano todas as forças domésticas que convergiram na derrubada de Goulart. A dinâmica básica da vitória dos opositores de Goulart, entretanto, era brasileira, ainda que os Estados Unidos apoiassem os conspiradores (SKIDMORE, 1994, p. 46). Afinal, imediatamente antes da eclosão revolução militar de 1964, não só militares, mas também civis, notadamente os ramos conservadores da sociedade, argumentavam que Goulart estaria levando o Brasil rumo a uma *comunização*, numa ofensiva contra as próprias instituições nacionais (SKIDMORE, 1988). Vários dos indícios que apontaram este pretenso perigo aos militares e civis que mantinham posições *anticomunistas* não teriam, talvez, precisado do interlocutor norte-americano, mas sim surgiram de declarações dos seus próprios antagonistas. Nesses casos, bastaria que militares e outros que mantivessem posições *anticomunistas* atentassem às afirmações dos próprios aliados de Jango, como Vicente Goulart, sobrinho do então presidente da República, que, durante estadia em Cuba, teria dito que “No Brasil estamos discutindo se vamos chegar ao socialismo pelas armas ou pelo caminho pacífico” (apud COUTO, 1999, p. 42). Ou, ainda, as palavras do próprio Jango, que durante discurso na China comunista, antes de sua posse, teria afirmado que no Brasil buscaria estabelecer também “uma república popular, acrescentando que, para tanto, seria necessário contar com os praças para esmagar o quadro de oficiais reacionários” (AUGUSTO, 2001, p. 71). Se a primeira sugere que a implantação do socialismo no

Brasil era questão de tempo, e isso significaria a entrada do Brasil na área de influência soviética e o rompimento com o Mundo Livre, a segunda parece pregar diretamente a insubordinação nos quadros das Forças Armadas brasileiras. Foram estes dois motivos que, afinal, teriam motivado a derrubada de Jango: o processo de *comunização* do Brasil que, segundo os líderes militares, estaria acontecendo no Brasil, e, por outro lado, o incitamento à insubordinação militar promovida pelo próprio Presidente Goulart – dois motivos que não são relacionados entre si (no sentido de que o incitamento à insubordinação militar não resultaria na *comunização* do Brasil, e vice-versa).

O papel desempenhado por Washington durante os enfrentamentos políticos durante o governo Goulart foi importante. Principalmente depois da Crise dos Mísseis, Washington redobrou esforços de modo a impedir uma nova Cuba no Continente (MIR, 1994). Mas a potência norte-americana trabalhou junto às forças domésticas, também insatisfeitas com o governo Goulart, com anseios e planos não subjugados a Washington. A situação, portanto, sugere uma colaboração antes que uma subordinação. Os militares, insatisfeitos com o que criam ser o incitamento à insubordinação militar ou a *comunização* do Brasil, decidiram-se por depor Goulart; enquanto Washington, ávida por eliminar a instabilidade política brasileira que, segundo diagnosticava, poderia levar o Brasil à órbita de influência soviética, dispunha-se a auxiliar os conspiradores. Transferir a autoria da queda de Jango unicamente ao governo estadunidense parece prejudicial ao entendimento da multiplicidade de atores que, de uma forma ou de outra, conspiraram para o seu desfecho. Além disso, a argumentação sugere que, de certa forma, a relação entre Washington e os conspiradores militares ocorreu de uma maneira hierárquica, estando os líderes da conspiração seguindo ordens, como subordinados à potência

estadunidense. Moniz Bandeira, ao defender este tipo de abordagem, faz uso inclusive, como mencionamos anteriormente, da palavra *puppets*, marionetes, para descrever os agentes brasileiros que deflagraram a deposição de Goulart (MONIZ BANDEIRA, 2001, p. 30). As relações entre os dois países no período posterior à instalação do regime militar, pelo contrário, pareceram muitas vezes depor contra esta situação¹³. Sobre o assunto, Jacob Gorender, militante do PCB durante a crise política e participante na linha aliada de Jango, afirma que, talvez se referindo ao título do livro de Edmar Morel (“O golpe veio de Washington”), “O golpe não veio de Washington. Veio mesmo do Brasil. Mas o (...) [governo]¹⁴ norte-americano incentivou e ajudou de muitas maneiras” (GORENDER, 1999, p. 56).

De toda feita, os conspiradores teriam recebido aconselhamento e auxílio de Washington, enquanto este, no embate que caracterizou o período da Guerra Fria, buscou impedir o que, aos seus olhos, seria o início da absorção do Brasil pela zona de influência soviética. Sendo a deposição de Goulart, portanto, também um episódio da Guerra Fria, sugere-se que o auxílio estrangeiro aos lados que se opunham durante a crise brasileira não teve somente uma fonte, os Estados Unidos, mas também o Bloco socialista desempenhou importante papel, garantindo auxílio ao lado que se mostrou mais benéfico a suas próprias estratégias geopolíticas.

¹³ Afinal, ao governo Castelo Branco seguiu-se o governo de Costa e Silva, que causou, em sua política externa, atritos com o governo norte-americano, sendo descrito não raramente como reacionário no que respeita às relações com os EUA. O governo Geisel e sua política do *Pragmatismo Responsável* parecem depor igualmente contra um comprometimento aos moldes que preconizam os estruturalistas, de *metrópole/colônia*, com o governo estadunidense, em especial nos atritos relativos ao acordo nuclear com a Alemanha e a posterior denúncia do Acordo Militar com os Estados Unidos. A exemplo dos governos anteriores, os governos do regime militar experimentaram aproximações e afastamentos em relação às relações com os EUA, e não uma tácita submissão da diplomacia brasileira aos desígnios do *Foreign Office* estadunidense. Mais sobre a política externa brasileira durante o período militar em VIZENTINI, Paulo F. **A política externa do regime militar brasileiro (1964-1985)**. Porto Alegre: FAURGS, 1998.

¹⁴ O termo original utilizado pelo autor, no lugar do termo governo por nós adicionado, é *imperialismo*. Por não concordarmos com os significados da expressão, ainda sim concordando das outras idéias sugeridas pelo autor na sentença, decidimos suprimir o termo original, explicitando-o, entretanto, como nota.

3 – O BLOCO SOCIALISTA E SUA PARTICIPAÇÃO NA CRISE DE 1961-1964.

Como buscamos desenvolver nos capítulos, não somente forças domésticas, mas também forças estrangeiras desempenharam papel importante na derrubada de Goulart, sendo a dinâmica da crise, entretanto, predominantemente doméstica (SKIDMORE, 1994, p. 46). De toda forma, na evolução da Guerra Fria – enquanto o mundo se polarizava entre o bloco *capitalista-liberal* e o *socialista-comunista* e as tensões entre os dois desenvolviam-se, estendo-se aos países do Terceiro Mundo – as duas grandes hegemonias desempenharam influência no desenrolar da crise nacional. Enquanto os Estados Unidos da América escolheram o apoio aos conspiradores militares, como mostramos no capítulo anterior, também o Bloco Socialista garantiu apoio a Jango e seus aliados.

Para os líderes dos países comunistas, os Estados Unidos, com sua política de contenção do comunismo, agiam como “donos do mundo”, impedindo a revolução comunista que, em sua opinião, libertaria os povos “oprimidos” do mundo. Analogamente, segundo AUGUSTO, a crença por parte das potências comunistas na superioridade de seu regime as fazia acreditar serem detentoras do direito, e até mesmo do dever histórico, de suplantar ou aniquilar outras formas de regime, bem como auxiliar os grupos domésticos com este fim, garantindo a emergência desta *revolução* em todas as partes do globo (2001, p. 27). Não raramente, entretanto, o apoio do Bloco Socialista aos adversários derrotados pela conseqüente instalação do regime militar, e pela conseqüente instalação do regime militar, é defendido

seguindo linhas semelhantes às que acompanham as argumentações sobre o apoio estadunidense à conspiração militar. A argumentação é principalmente comum entre os autores que desenvolvem a idéia de que a participação dos Estados Unidos e a colaboração por eles garantida aos conspiradores deram-se com vistas a impedir a suplantação de uma *classe proprietária reacionária* por um *proletariado* ávido por uma revolução, num episódio da marxista *luta de classes*, onde trabalhadores encontravam-se dispostos a libertar o país da dependência e do jugo dos países desenvolvidos.

A sentença-chave seria, então, a luta dos que defenderiam a *opressão* dos trabalhadores, em favor da acumulação de capital, contra os que decidiram libertá-los desta situação. De um lado os Estados Unidos estariam buscando, portanto, manter uma exploração, de qualquer natureza que seja, sobre o país, enquanto Jango e aliados rebelavam-se com o que seria o punho de ferro norte-americano contra o Brasil. Dessa forma, o auxílio do Bloco Socialista aos que se opunham à manutenção do que seria esta situação de dependência manteria, portanto, a característica de *resistência*, tendo o objetivo de defender o proletariado do país contra os ataques de um inimigo disposto a dominá-lo (para a consecução de seus interesses *imperialistas*)¹⁵.

Este tipo de interpretação, além de não ser incomum, engloba também a atuação da guerrilha urbana durante o final da década de 60 e início da década de 70, que

¹⁵ A palavra marxismo vem do teórico alemão Karl Marx que, juntamente com Friedrich Engels, escreveu "O Manifesto Comunista", em 1848. O marxismo postula que "A história de todas as sociedades que já existiram é a história da luta de classes" que, por sua vez, seria a eterna oposição entre opressores (homens livres, patrícios, senhores, chefes de corporação, etc) e oprimidos (escravos, plebeus, servo, assalariado, etc) (MARX; ENGELS, 2001, p. 9). Decorreria daí, portanto, adaptando-a ao âmbito internacional, que os países ricos seriam os opressores, enquanto os países pobres seriam os oprimidos. O marxismo entre professores de ciências sociais, organizações de estudantes secundaristas e universitários, sindicatos e segmentos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Jango, era, segundo GORDON, uma teoria popular na época, desempenhando grande influência nestes grupos (2002, p. 319).

toma lugar quando o regime militar já se via instalado. Daniel Aarão Reis, ex-militante do Movimento Revolucionário – 8 de Outubro (MR-8), considera esta interpretação como destoante dos fatos, uma vez que garante um “imaginário” caráter democrático à guerrilha brasileira. Convém ponderar, entretanto, que o MR-8 é tido como um grupo de atuação radical em relação aos demais e que, desta forma, não representaria a maioria dos movimentos que se opuseram, durante os *anos de chumbo*, ao governo militar. De todo modo, na argumentação de Aarão Reis, as ações armadas da esquerda brasileira não devem ser mitificadas, “nem para um lado nem para o outro”. A interpretação de que a guerrilha urbana foi o braço armado de uma resistência democrática seria, com efeito, e ainda Aarão Reis, equivocada, ou “um mito surgido durante a campanha da anistia”. Para ele:

Ao longo do processo de radicalização iniciado em 1961, o projeto das organizações de esquerda que defendiam a luta armada era revolucionário, ofensivo e ditatorial. Pretendia-se implantar uma ditadura revolucionária. Não existe um só documento dessas organizações em que elas se apresentassem como instrumento da resistência democrática (O Globo, 2001, p. 12).

Se tomarmos a argumentação de Aarão Reis como procedente, no sentido de que a característica principal das organizações revolucionárias não era a de *resistência*, podemos, por conseguinte, chegar à mesma conclusão acerca do apoio do Bloco Socialista a estas organizações – nos desprendendo, desta forma, desta abordagem notadamente ideológica. Assim como a participação e auxílio norte-americano deram-se em favor de seus próprios interesses na região, notadamente suas preocupações acerca de sua segurança após a Crise dos Mísseis, o auxílio do Bloco Socialista aos grupos que terminaram por serem vencidos pelos conspiradores militares foi, igualmente, em favor de seus próprios interesses. O uso de, segundo frase comum, *dois pesos e duas medidas* na oportunidade de comparar a atuação

das duas forças externas na crise doméstica, auferindo-se uma qualidade *negativa* à participação estadunidense enquanto toma-se como certa uma característica *positiva* sobre a participação dos países comunistas, faz com que o tema, portanto, adquira uma característica, analogamente ao que se referiu Aarão Reis, antes ideológica que científica.

No processo de defesa de seus interesses, entretanto, Cuba e a União Soviética desempenharam papéis distintos no apoio aos movimentos revolucionários no Continente americano. Enquanto Castro buscava *exportar a revolução* cubana, a atuação soviética durante a década de 60 ocorreu de forma bem mais sutil, não mantendo vínculos muito estreitos com os movimentos revolucionários no Continente, ao contrário de Cuba (DOMÍNGUEZ, 1986, p. 54). Pequim, paralelamente, mostrava-se também adepta da luta armada, de maneira ainda mais agressiva que a Ilha cubana, buscando até mesmo a realização de uma Terceira Guerra Mundial¹⁶ (MIR, 1994, p. 108).

Sobre a URSS e os movimentos revolucionários na América Central, onde igualmente emergiam as tensões agravadas pela Guerra Fria, o próprio ditador cubano, Fidel Castro, teria afirmado que:

Uma das grandes mentiras (...) em relação à América Central é (...) imputar as revoluções nesta área à União Soviética. (...) a União Soviética não conhecia os líderes de organizações revolucionárias [salvadorenhas] e não mantinha contato com eles. O mesmo ocorre com a Guatemala (...) Nós, cubanos (...) temos relações com os movimentos revolucionários; nós conhecemos os líderes revolucionários na área, eu não vou negar (apud DOMÍNGUEZ, 1986, p. 54).

¹⁶ A China, como exemplo de sua política agressiva de então, propunha um enfrentamento militar com o capitalismo em escala planetária, não importando os perigos de um eventual conflito nuclear mundial. Quanto aos dias de hoje, alguns autores, como Bill Gertz, afirmam que a China ainda é uma ameaça militar aos Estados Unidos da América. Mais sobre esta argumentação em GERTZ, Bill. **The China threat: how the People's Republic targets America**; LIANG et. al. **Unrestricted warfare: China's plan to destroy America**, com referência aos ataques ao território norte-americano em 11 de setembro de 2001; NYE, Joseph. **Paradoxo do poder americano** e HUNTINGTON, Samuel P. **Choque das civilizações**.

Desta forma, Havana e Moscou discordavam em relação aos movimentos comunistas revolucionários que adotavam a luta armada durante a década de 60. Domínguez afirma que, durante esta década, Cuba e a URSS mantinham posições diferentes em relação à eficácia e sabedoria na luta armada. Enquanto os soviéticos mantinham reservas em apoiar os movimentos guerrilheiros, os cubanos defendiam o caminho armado em virtualmente todos os casos, criticando ainda a *passividade* da maioria dos partidos comunistas apoiados pela URSS. Se Guevara e Castro buscavam a exportação da revolução cubana, partidos como o Partido Comunista de El Salvador, afiliado a Moscou, afirmava que revoluções “não podem ser exportadas ou importadas” (DOMÍNGUEZ, 1986, p. 55). A escolha pela via pacífica foi, igualmente, responsável pelas discussões e o conseqüente rompimento entre Moscou e Pequim (MIR, 1994, p. 108).

A linha de Moscou e dos comunistas brasileiros, porém, depois da mal-fadada experiência da Intentona Comunista, foi, em geral, a da via pacífica, ou *etapista*, para atingirem o poder. A tarefa foi dificultada, principalmente, pela emergência dos dois novos focos de irradiação da revolução para o mundo: China e Cuba, adeptas da luta armada (AUGUSTO, 2001, p. 75).

3.1 – China e Cuba: a opção pela luta armada.

Mao Tsé-Tung certa vez disse que “O poder político cresce do cano de uma arma”, talvez desenhando as linhas gerais que, posteriormente, fariam com que a política chinesa relativa ao movimento revolucionário no Brasil seguisse as mesmas

linhas: as da adesão à luta armada como principal motor da revolução no Continente.

Nessa tarefa, um dos aliados que a China buscou levar a desencadear a luta armada no país foram as Ligas Camponesas, que cuidariam da guerrilha rural, uma perspectiva talvez mais baseada no diagnóstico de Francisco Julião, um dos líderes das Ligas, do que a atuação das Ligas Camponesas, de fato¹⁷. Em janeiro de 1961, Julião, um dos mais conhecidos líderes das Ligas Camponesas, viaja à China e, em encontro reservado com dirigentes chineses que estariam falando em nome do próprio Mao Tsé-Tung, recebe deles a proposta de treinamento militar, na Academia Militar de Pequim para militantes camponeses. O governo chinês mandaria, então, três chineses especialmente destacados para atender às Ligas. Com a renúncia de Jânio, entretanto, os planos relativos às Ligas são congelados (MIR, 1994, p. 39).

Em fevereiro de 1962, uma delegação do PCB parte para a China, para encontrar-se com o próprio Mao Tsé-Tung, o qual recomendou, para o sucesso da revolução no país, “guerrilhas, acima de tudo” (apud MIR, 1994, p. 68). Pequim, assim como Cuba, considerava que o Brasil passava um momento no qual eram grandes as condições políticas e sociais para uma insurreição camponesa, e a definição do PCB pela luta armada deveria ocorrer o quanto antes (MIR, 1994, p. 68). Em grande parte pela abordagem agressiva chinesa, o rompimento sino-soviético acerca dos rumos e táticas da revolução mundial acelerou-se depois do resultado prejudicial à URSS da Crise dos Mísseis, diante do que chineses julgaram

¹⁷ As Ligas tiveram como principal precursora a Liga de Galiléia, uma associação de trabalhadores rurais para a arrecadação de fundos para o enterro de indivíduos, antes enterrados em vala comum. Não obstante, Francisco Julião e Clodomir dos Santos Moraes, dois dos principais líderes das Ligas Camponesas, passaram a concebê-las como uma eventual ferramenta para a implementação no Brasil da guerrilha camponesa, diagnóstico que, como veremos adiante, pouco correspondia com a realidade da atuação e capacidade das Ligas. As informações sobre a origem das Ligas Camponesas foram escritas por CAMARGO, retiradas de http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/7794_1.asp, acesso em 13 de junho de 2003.

como uma capitulação e traição do movimento revolucionário internacional. Enquanto Fidel aproximava seu discurso a URSS, por ocasião dos rumos que Castro e Krushev tomavam em direção ao encontro de um denominador comum sobre a revolução no Continente (o que veremos adiante), os chineses naquele momento temiam ser excluídos do movimento revolucionário no Continente, dedicando-se a averiguar, segundo MIR, se Che Guevara e os pró-chineses das Forças Armadas Revolucionárias cubanas poderiam fazer com que Cuba saísse da órbita de influência soviética, mesmo que para isso fosse necessário derrubar Fidel Castro (1994, pp. 104-105).

Em junho de 1963 os comunistas chineses romperam oficialmente com Moscou, através da declaração política que se tornou conhecida como *Os 25 Pontos*, onde chamavam os soviéticos de traidores dos interesses do proletariado, criando, assim, duas linhas revolucionárias diferentes para o Continente sul-americano e o restante do mundo: a “linha soviética” e a “linha chinesa”. Se para Mao Tsé-Tung “os Estados Unidos [eram] um tigre de papel”, para Krushev “esse tigre tem dentes atômicos”. Segundo MIR, o governo chinês buscava uma fenda estratégica para partir o acordo de *coexistência pacífica* entre Moscou e Washington, e esta fenda era o Terceiro Mundo, onde o Brasil poderia desempenhar este papel (1994, p. 101-109).

Neste ínterim, tanto a URSS quanto os Estados Unidos compartilhavam a opinião de ser a China um adversário incômodo, com sede de poder e influência. Para Washington, a China apresentava-se como um empecilho para o domínio do Pacífico; para a URSS, ao invés de sentar-se à mesa em igualdade de condições, os chineses desejavam ocupar a outra cabeceira (MIR, 1994, p. 105). Não obstante a agressividade chinesa e sua avidez por participar dos movimentos revolucionários no Continente sul-americano, um outro país comunista, com dimensão geográfica e

um poderio aparentemente menor, desempenharia função mais ativa junto às guerrilhas brasileiras: este país era Cuba.

O auxílio cubano aos movimentos revolucionários inicia-se já nos primeiros meses da tomada de poder em Cuba, em 1959, em momento anterior, portanto, à aliança com a União Soviética e os enfrentamentos com os Estados Unidos. Este apoio à revolução trata-se de uma dimensão ideológica constitutiva da própria revolução cubana, definindo-se como uma preocupação central do governo de Cuba, legitimando o seu próprio regime e projetando a influência cubana internacionalmente. Além dessas características, o desempenho deste papel, ao qual o governo cubano tomava como vocação, criava poder de barganha junto à União Soviética, bem como representava uma poderosa arma de combate ao governo estadunidense, por ele concebido como seu inimigo histórico (DOMÍNGUEZ, 1986, p. 58). Desde a Crise dos Mísseis e a definição de seu governo como socialista, ainda, a *exportação da revolução*, para Cuba, era condição de sobrevivência e fator de consolidação da sua própria revolução (ROLLEMBERG, 2001, p. 14). Diante desta constatação, para a autora, “o treinamento de guerrilheiros latino-americanos acabou tornando-se mais importante, na verdade, para os próprios cubanos, para a sua revolução” (ROLLEMBERG, 2001, p. 68).

No caso brasileiro, a intenção de Havana de *exportar a revolução cubana* precedia a instalação do regime militar. Segundo Denise Rollemberg, o apoio de Cuba à formação de guerrilheiros data do período em que o Brasil ainda encontrava-se sob o governo João Goulart, ou seja, antes da instauração do regime militar (ROLLEMBERG, 2001, p. 19). Artigo da Folha de São Paulo, porém, traz este marco a um momento ainda anterior ao governo Jango, ou seja, o auxílio cubano à

guerrilha se iniciou durante o próprio governo Jânio Quadros, discordando em certa medida da autora (MAGALHÃES, 2001, A12).

De todo modo, para ROLLEMBERG, de maneira similar à argumentação de Daniel Aarão Reis que mencionamos anteriormente, tendo o auxílio cubano se iniciado em período anterior ao início da conspiração para a derrubada de Goulart, seria um equívoco, portanto, considerar o apoio cubano como auxílio a uma pretensa resistência de modo a preservar as *instituições* contra a conspiração militar (2001, p. 26). O auxílio cubano no período de governo de Quadros e posteriormente de Jango foi dado à guerrilha rural das Ligas Camponesas, dispostas a garantir a realização de uma reforma agrária. ROLLEMBERG afirma, em relação à mesma postura *ofensiva* de parte da esquerda então, que:

A relação das Ligas com Cuba evidencia a definição de uma parte da esquerda pela luta armada no Brasil, em pleno governo democrático, bem antes da implantação da ditadura civil-militar. (...) o fato é que, após 1964, a esquerda tendeu – e tende ainda – a construir a memória da sua luta, sobretudo, como de resistência ao autoritarismo do novo regime (2001, p. 26).

Tomando por base a autora, o apoio cubano à guerrilha brasileira foi dado em três momentos distintos: antes do levante militar de 1964, às Ligas Camponesas; depois da deposição de Jango e da conseqüente desarticulação das Ligas, o apoio foi garantido à guerrilha liderada, a partir do Uruguai, por Brizola, tendo como base os sargentos e marinheiros que tinham sido expulsos das FFAA; e, finalmente, no final da década de 60, a partir de 1967, à Ação Libertadora Nacional (ALN), ao Grupo da Ilha, à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e ao MR-8, quando a guerrilha comunista se acirrou, apontando contra o governo Médici (ROLLEMBERG, 2001, pp. 19-20). A esta monografia interessa, dos três, o primeiro momento.

Em 30 de abril de 1961, chegava a Havana Jover Telles, dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB). No relatório ao Comitê Central do seu partido, Telles dizia ter levantado, junto às autoridades cubanas, a possibilidade de realizarem um curso político-militar na Ilha, tendo recebido resposta afirmativa. Na mesma época, argumenta Magalhães, Francisco Julião estaria também em Cuba, pedindo o auxílio cubano à luta armada das Ligas no Brasil, incluindo o fornecimento de armas, ao que Telles, sendo do PCB (que por sua vez era contrário ao caminho armado), teria dado opinião contrária. Também estava na Ilha, segundo Magalhães, Clodomir dos Santos Moraes, adepto do caminho revolucionário através da luta armada e também das Ligas Camponesas (MAGALHÃES, 2001, A12). Clodomir dos Santos Moraes, entretanto, segundo MIR, já teria visitado Havana em março de 1960, quando manteve encontros reservados com autoridades cubanas (1994, p. 35). Convém notar, ainda, que as datas às quais Magalhães se refere são todas anteriores à renúncia de Quadros. O Presidente Quadros entregou sua carta de renúncia ao Congresso Nacional somente do dia 25 de agosto do mesmo ano (SILVA, 1978, p. 45).

Em especial sobre as Ligas Camponesas e a luta armada, os seus dirigentes buscaram, durante o período da crise, reorientar os rumos das Ligas, contrariando sua finalidade inicial, mencionada anteriormente. Até 1961, a proposta enfatizada por Francisco Julião era a da mobilização camponesa para a reforma agrária sob um prisma legalista, dando grande ênfase aos advogados que contribuía com as Ligas. Depois de voltar da viagem a Cuba, entretanto, Julião teria mudado sua concepção sobre a finalidade das Ligas Camponesas: o dirigente passou, então, segundo Gorender, a pregar uma concepção socialista coletivizante da reforma agrária. Assim, a utilização dos meios legais e das lutas parciais passava a ser

ignorada em favor da ascensão da luta de guerrilhas como primeiro ponto da agenda das Ligas Camponesas (GORENDER, 1999, p. 43).

Desta maneira, o pedido de ajuda a Cuba incluiria, segundo vontade de líderes das Ligas Camponesas, não só o treinamento de guerrilheiros, como também o envio de armas ao movimento revolucionário. Ao total, o apoio cubano com vistas a *exportar a revolução* teria rendido o treinamento de pelo menos 202 militantes brasileiros em guerrilha urbana e rural e o patrocínio direto de US\$ 1,2 milhão de dólares (MAGALHÃES, 2001, A12). Denise Rollemberg confirma o patrocínio direto cubano, mencionando que “Houve (...) o fornecimento de armas, dinheiro e orientação para a implantação da guerrilha” (ROLLEMBERG, 2001, p. 24). Certa ironia reside no fato de que o ex-Presidente Jânio, alheio ao plano cubano, havia condecorado Che Guevara, símbolo do mesmo regime que apoiava os militantes com intenção de derrubá-lo. A decisão de auxiliar as Ligas teria sido, ademais, em julho de 1961, motivo de discussão entre Fidel Castro, disposto a garantir o referido auxílio às Ligas, de modo a acelerar a guerrilha camponesa em território brasileiro; e Che Guevara, que, contradizendo Fidel, opinava que o governo Quadros era um governo amigo e desestabilizá-lo seria, portanto, inoportuno. Clodomir dos Santos Moraes, em terceira visita à Ilha, teria ouvido do próprio Fidel, então, o resultado favorável ao auxílio cubano às Ligas (MIR, 1994, p. 42).

A abordagem cubana à revolução era a da teoria do *foco guerrilheiro*, tática de materializado sucesso através de Castro e Guevara no caso de Cuba, sistematizada por Regis Debray, posteriormente assessor do Presidente francês Mitterrand. O desencadeamento deste tipo de tática revolucionária era através de um grupo selecionado de homens armados, apartados das massas, priorizando a luta armada e as ações imediatas e servindo como o *motor da revolução*. Consonante com a

intenção de Cuba de *exportar a revolução*, a instalação do foco guerrilheiro significava a *importá-la*, trazendo a guerrilha de fora para dentro de uma região (AZAMBUJA, 1985, pp. 203-205). A instalação do *foco guerrilheiro*, para Cuba, ocorreria através das Ligas Camponesas. O governo cubano via ali, nas Ligas, o caminho para subverter a ordem no maior país da América Latina (ROLLEMBERG, 2001, p. 22).

Iniciavam-se, então, os cursos de guerrilha na ilha cubana, destinados a formar as fileiras de militantes dispostos a engendrar uma revolução armada no Brasil. Clodomir dos Santos Moraes teria, juntamente com mais 11 membros das Ligas, feito o “curso de guerrilhas em Cuba” já entre 28 de julho de 20 de agosto de 1961, com mais 40 latino-americanos, numa viagem a pretexto de participar das comemorações do 26 de julho, data comemorativa para Fidel Castro e o movimento revolucionário que derrubou o governo Fulgêncio Batista (ROLLEMBERG, 2001, p. 24).

Já em fevereiro de 1962, o governo cubano lançava a *Segunda Declaração de Havana*, que conclamava a emergência das guerrilhas com o apoio de Cuba, com o *slogan* de que “O dever do revolucionário é fazer a revolução”. O auxílio de Cuba à guerrilha brasileira, além dos cursos guerrilheiros na Ilha, para Rollemberg, teria incluído também a criação de campos de treinamento de guerrilhas em território brasileiro, com a liderança do próprio Clodomir Moraes, que, como mencionamos, era favorável à solução guerrilheira – ao contrário de Julião, que só cultivava sua atitude radical em discursos, segundo a referida autora – enquanto o governo Quadros chegava ao fim e Goulart subia à Presidência. O apoio de Cuba teria se concretizado na implantação de campos de treinamento guerrilheiro em fazendas compradas, em Goiás, Acre, Bahia e Pernambuco, enquanto falava-se também em fazendas no Maranhão, em Mato Grosso, no estado do Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul.

Ao longo de 1961 e 1962, os órgãos de informações governamentais controlavam as listas de passageiros que iam para Cuba, bem como mapeavam as invasões de terras das Ligas, buscando manter o foco nas “atividades subversivas dos elementos integrantes das Ligas” (ROLLEMBERG, 2001, p. 22-25).

Em novembro de 1962, as Forças Armadas desarticularam vários destes campos de treinamento de guerrilheiros (AUGUSTO, 2001, p. 92). Outro acontecimento traria luz a respeito do auxílio cubano à guerrilha das Ligas. No dia 27 do mesmo mês, um Boeing 707 da Varig cai enquanto se preparava para pousar em Lima, Peru. Entre as vítimas estaria, segundo Mir, o presidente do Banco Nacional de Cuba, Raúl Cepero Bonilla, que levava consigo relatórios de Carlos Franklin Paixão de Araújo, filho de Afrânio Araújo (advogado comunista que fazia compras de armas para as Ligas Camponesas na Argentina e Uruguai) e Tarzan de Castro. Os relatórios detalhavam a preparação guerrilheira das Ligas e, ao mesmo tempo, uma crônica ineficiência das operações das Ligas¹⁸, aliadas a um número de integrantes pequeno. Segundo Mir, os documentos são então enviados para a CIA e o embaixador peruano no Brasil, por sua vez, entrega uma cópia a Carlos Lacerda, que inicia uma campanha contra a intervenção cubana no Brasil (MIR, 1994, p. 101).

Diante da crise, o movimento revolucionário latino-americano precisava de reformulação. Enquanto Cuba criticava o que considerava ser a passividade dos soviéticos, a URSS acusava despreparo e ingenuidade intelectual entre os cubanos. Castro viaja a Moscou: ele e Krushev buscam, então, um denominador comum entre os dois países para a América Latina. Diante das conversações entre Castro e Krushev, a China, como mencionamos anteriormente, inicia a preocupar-se com

¹⁸ A incapacidade das Ligas em transformarem-se em um movimento guerrilheiro decorreria da diferença entre a motivação de sua criação – o de arrecadar fundo para o enterro de trabalhadores rurais e outros fins sociais – e este fim revolucionário que Julião e Moraes buscaram para as Ligas.

uma eventual aliança Havana-Moscou que excluísse Pequim da emergência revolucionária nas Américas, e criticava Cuba pelo seu “voluntarismo” que, segundo os chineses, não havia se traduzido em vitórias onde foi aplicado, realçando ao que argumentavam ser uma fragilidade teórica e política da revolução cubana (MIR, 1994, pp. 101-107).

Quanto às Ligas Camponesas, são definitivamente aniquiladas, para Luís Mir, em 20 de dezembro de 1963, quando o PCB e a Igreja Católica fundam a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). A influência cubana, em geral, esvaía-se em todo Continente: por ordem do Partido Comunista da União Soviética manda suspender os movimentos de luta armada empreendidos por comunistas, em favor do modelo que estava sendo aplicado no Brasil – o das *reformas de base* – sustentado por Goulart, fazendo com que Cuba, portanto, tivesse de recuar (MIR, 1994, p. 112).

Bem-sucedida a derrubada do governo de Goulart, o novo governo brasileiro, em 13 de maio do mesmo ano, confirma o rompimento das relações diplomáticas com Cuba. O texto enviado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil afirmava que a decisão foi tomada porque o governo brasileiro não permitiria atividades comunistas em seu território, bem como acusava Cuba de violar o princípio de não-intervenção estabelecido pela OEA, por se infiltrar em assuntos internos de países do Continente e tentar disseminar “doutrinas subversivas através de intensa propaganda ideológica”, interferência que “não poderia mais ser tolerada, pois se caracterizava como uma ameaça à ordem pública e uma ofensa aos sentimentos nacionais, reafirmados agora com a vitoriosa revolução” (apud CANTARINO, 1999, pp. 88-89). Cuba, antes disso, classificara os militares vitoriosos com o sucesso do

levante militar como “fascistas e nazistas que agiam com o apoio da CIA e do Pentágono” (CANTARINO, 1999, p. 85).

O auxílio cubano à guerrilha brasileira, entretanto, continua após à instalação do regime militar. Num momento imediatamente posterior à derrubada de Goulart, ele consolida-se em primeiro lugar a Brizola, quando este, anteriormente cético quanto à teoria cubana e com preferência ao que chama a “tradição gaúcha”, aderiu à teoria do *foco guerrilheiro* cubano depois de contar com o apoio do governo de Cuba, tendo à sua disposição vários brasileiros que passaram por treinamento em guerrilha na Ilha – traçando, então, planos de instalar três focos guerrilheiros: um na Serra de Caparaó (divisa de Minas Gerais e Espírito Santo), no norte do Mato Grosso e no norte de Goiás (ROLLEMBERG, 2001, pp. 28-29).

Antes do desfecho da crise brasileira de 1964, entretanto, a “Pátria-Mãe” soviética tentou, com relativo sucesso, trazer para o seu lado o governo que, em Brasília, dividia-se entre o Planalto e a oposição, enquanto galopava a crise de 1961-1964. A seção seguinte se refere à participação da URSS na crise de 1961-1964.

3.2 – A URSS e o *etapismo*.

O Brasil estaria fadado ao que, aos olhos dos comunistas, consistia em um grande destino: o palco da terceira grande revolução do século XX. A primeira ocorrera na Europa, dando luz à União Soviética; a segunda na Ásia, com a instalação da República Popular da China, a terceira ocorreria em plena América Latina, com a República Democrática Popular do Brasil. Não obstante a falta de

credibilidade internacional dos comunistas brasileiros e o anticomunismo profissional e permanente do Exército brasileiro (MIR, 1994, p. 10-11), estes contaram, no seu trabalho de tentar conquistar o poder através de aliança com o Presidente João Goulart, com o auxílio não só de China e Havana, mas também da URSS.

Se os conspiradores militares contaram com o aconselhamento de Washington, o Partido Comunista Brasileiro, analogamente, teria buscado a tutela do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) enquanto as posições na crise se radicalizavam; se, estrategicamente, a Doutrina da Segurança Nacional, inspirada nos modelos norte-americanos, desempenhou papel importante na formação da conspiração, o modelo de revolução comunista *etapista* ou da “via pacífica”, nascido do XX Congresso do PCUS, em 1956, também, de maneira similar, condicionara a atuação do PCB durante o período da crise, com o objetivo de, pelo cumprimento da via pacífica, construir no Brasil um governo socialista. Sobre estes pontos discorreremos a seguir.

Com o início da Guerra Fria, a União Soviética buscou intensificar sua influência em escala planetária e, à medida que o “conflito sem confronto” com os Estados Unidos se acirrava, a URSS orientou-se em direção ao Terceiro Mundo. Para Porter, a União Soviética esteve envolvida, de maneira direta ou indireta, em 20 das 100 guerras que aconteceram no período de 1945 a 1980, a vasta maioria delas entre países em desenvolvimento. Apesar de sugerirem o contrário, os números representam um alto nível de envolvimento em conflitos externos para um país que antes da Segunda Guerra Mundial apenas raramente tinha sido um fornecedor majoritário de armas, ou até mesmo um ator diplomático, em conflitos fora da Europa, ainda mais porque, sob os czares, a Rússia geralmente evitava o

envolvimento em conflitos que não fossem em suas fronteiras ou perto delas (PORTER, 1984, p. 5).

No caso do Brasil, o maior país da América do Sul, as intenções moscovitas eram antigas. A atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e a liderança desempenhada por Luiz Carlos Prestes e seu envolvimento no movimento comunista internacional são anteriores à crise de 1961-1964. Já em 1930 a Internacional Comunista mudara sua percepção quanto à importância da América Latina, ao passo que a região foi eleita como local estratégico de embate contra as potências às quais os moscovitas denominaram como *imperialistas*, ou seja, os Estados Unidos da América e a Grã-Bretanha (AUGUSTO, 2001, p. 29). Em paralelo, no mês de novembro de 1931, Luiz Carlos Prestes, rompido com o *tenentismo* e recém-convertido ao comunismo, desembarca em Moscou, onde durante três anos aprenderia a fazer a revolução comunista no Brasil (AUGUSTO, 2001, p. 33). Em 1934, o PCB, o então novo nome do Partido Comunista – Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC), conclamava “os camponeses à tomada violenta das terras e à sua defesa pelas armas”. Em agosto do mesmo ano, a linha política do partido passava a ser “a da insurreição armada para a derrubada do governo e a tomada do poder”, e em fevereiro de 1935 é fundada a frente denominada Aliança Nacional Libertadora (ANL) que, em maio, já possuía cerca de cem mil militantes, organizados em mil e seiscentas células (AUGUSTO, 2001, pp. 38-40).

Em 35, Stálin, disposto a lutar contra outro totalitarismo, o fascismo, e romper o bloqueio econômico imposto pela Europa capitalista à URSS, ordena à Internacional Comunista promova ou apóie revoluções comunistas por todo o mundo (MIR, 1994, p. 13). Aprovada pela Internacional Comunista e liderada no Brasil por Prestes, na

noite de 23 de novembro em Natal, na manhã de 24 em Recife, e na madrugada de 27 no Rio de Janeiro, eclode a Intentona Comunista, matando dezenas e ferindo outras centenas, levada a cabo por elementos militares convertidos ao comunismo através do *trabalho militar*¹⁹, que buscava infiltrar e recrutar oficiais das Forças Armadas (AUGUSTO, 2001, pp. 41-47). As insurreições são derrotadas e, assim, a primeira revolução comunista do Brasil fracassa. Em 1945, empolgado pela vitória sobre Hitler, Stálin reitera a ordem: os comunistas ao redor do mundo que tivessem condições objetivas para tomarem o poder pelas armas, que o fizessem, pois seriam apoiados pela URSS, no caminho para a liquidação definitiva do capitalismo. Assim, o movimento revolucionário comunista se alça: em 45, Ho Chi Minh proclama a República Democrática do Vietnã; em 49, depois de uma grande injeção de armas e recursos pelos soviéticos, Mao Tsé-Tung toma a cidade de Nanquim e proclama a República Popular da China (MIR, 1994, p. 13).

Com a morte de Stálin, em 4 de março de 1953, a política externa da URSS sofreu mudanças significativas. Entre as várias modificações estava um renovado interesse pelos países em desenvolvimento, e a premissa era a de que o processo de descolonização oferecia inúmeras oportunidades para ganhos políticos. Com efeito, a União Soviética buscava desde então ganhar o alinhamento da antes mal-vista “burguesia nacional” do Terceiro Mundo, de modo a retomar a visão de Lênin sobre o forjamento de um *front* unido entre as aspirações nacionalistas dos países em desenvolvimento e os objetivos revolucionários e anti-Ocidentais do regime soviético. Ainda, o fornecimento de armas em conflitos foi descoberto pela URSS como um importantíssimo instrumento de manipular tensões regionais em sua própria vantagem (PORTER, 1984, p. 16-17).

¹⁹ O trabalho militar consistia no recrutamento, através do PCB, de oficiais comunistas dentro das Forças Armadas.

Durante o período anterior à queda de Goulart, a URSS, segundo documento da Embaixada britânica em Moscou, via claramente o Brasil como ponto estratégico para disseminar influências de esquerda na América do Sul (apud CANTARINO, 1999, p. 81). E nesta tarefa, talvez os principais interlocutores entre Moscou e o governo brasileiro, ou até mesmo porta-vozes dos moscovitas²⁰, fossem Prestes e o próprio PCB.

Jango, por sua vez, buscando firmar-se como liderança das massas e face à oposição vinda dos militares e da direita, buscou como aliado o PCB. Segundo Jacob Gorender, Goulart era “um político ao qual o PCB tinha acesso direto e que podia considerar aliado”, uma vez que compartilhavam a bandeira das *reformas de base* ou, para os comunistas, *reformas de estrutura*, pelas quais foi possível mobilizar e aglutinar as forças que, no período de 1963 a 1964, esboçaram no Brasil uma situação pré-revolucionária (GORENDER, 1999, pp. 34-36). 1963, em especial, foi o momento de maior poderio do PCB, ano no qual o PCB adquiriu capacidade decisória (GORENDER, 1999, p. 50).

Algumas das mais recorrentes críticas dos autores que defendem a derrubada de governo de 1964 como um projeto unicamente norte-americano (assunto do qual já tratamos no segundo capítulo), é o fato de que o governo estadunidense, através da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, estaria oferecendo aconselhamento aos conspiradores militares. Este fato, aos olhos destes autores, é em linhas gerais tido como uma forma de *intervenção ilegítima* nos assuntos domésticos. A mesma atenção, entretanto, segundo grande parte dos autores que se opõem a esta abordagem, não parece ser dada ao aconselhamento que os líderes comunistas brasileiros, dispostos a garantirem o Poder de modo a viabilizarem as *reformas de*

²⁰ Sobre as semelhanças entre o PCB e o Partido Comunista da União Soviética – PCUS que apontam para esta conclusão, ver o anexo A2.

base, ou *reformas de estrutura*, teriam recebido do governo comunista chinês, do governo de Cuba ou da URSS. Sobre os primeiros discorreremos anteriormente, no ponto 3.1.

Quanto ao último, teriam sido várias as viagens feitas por Prestes à URSS, em busca de aconselhamento para a tomada do Poder pela via pacífica, ou *etapista*. Ao viajar a Moscou para participar do XXII Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), ainda em 1961, antes do início da conspiração militar (isto é, se tomarmos por base os depoimentos de militares utilizados no anexo A1 desta monografia), Prestes encontrou-se com o próprio Nikita Krushev e Mikhail Suslov, ideólogo do PCUS. No encontro, Prestes teria sido orientado a buscar o conhecimento na utilização de todas as possibilidades das ações em massa. A luta armada deveria ser preparada, segundo Suslov, pois representava, igualmente, uma das opções para a revolução. A reforma agrária era outro dos objetivos a serem perseguidos pelos comunistas brasileiros, objetivo presente, igualmente, nas reformas buscadas por Goulart. Era preciso, segundo Krushev, minar o latifúndio e os latifundiários, que, para aquele líder soviético, eram fontes de apoio ao imperialismo (AUGUSTO, 2001, p. 85).

Coutinho argumenta que a “via pacífica”, consistia na estratégia soviética que visava implementar a revolução socialista em duas etapas diferentes, segundo decidido no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética em 1956. Adaptada ao contexto nacional, a estratégia seria a de garantir, através da aliança do PCB com Goulart, a possibilidade de realizar as duas etapas. Fomentado pela URSS o sentimento antiamericano no país, já existente, este seria então contrastado pelo sentimento *nacionalista*, associado à alternativa socialista como forma de

libertar o país da “dominação estadunidense” (COUTINHO, 2002a, p. 76). Então, as duas fases se sucederiam.

A primeira se iniciaria com a chamada revolução nacional-democrática²¹, o partido revolucionário usa as franquias democráticas do país e desenvolve uma ação política aparentemente legítima para a conquista eleitoral do governo, o que admitiria alianças entre todas as esquerdas e mesmo com organizações de centro e direita, para estabelecer um “Governo dos Trabalhadores ou qualquer outro nome de fachada” (COUTINHO, 2002b). No caso brasileiro, representaria o primeiro momento do governo Jango, no qual o PCB aliou-se a Jango em apoio à implantação de uma *República Sindicalista*, o que seria outro “nome de fachada”, ganhando contornos combativos, por exemplo, como em ocasiões como o comício de 13 de março de 64 na Estação Central do Brasil e o evento na sede do Automóvel Clube, em 30 de março de 64 (que, como dissemos no primeiro capítulo, é argumentado segundo os conspiradores como fatos decisivos à deflagração da derrubada de Jango) (COUTINHO, 2002b).

Sucedendo a primeira fase, seria implementada uma outra denominada “revolução socialista”. Nesta fase, “o partido ou frente elabora a ‘acumulação de forças’ e cria as ‘condições subjetivas e objetivas’ para realizar o ‘salto qualitativo’, ou seja, um ato de força (golpe-de-estado ou violência armada) para tomar o poder pleno, implantar a Ditadura do Proletariado e impor a nova ordem socialista” (COUTINHO, 2002b). Isso seria possível, no caso brasileiro, pelo aprofundamento da crise e o trabalho junto aos trabalhadores e sindicatos, bem como a infiltração no

²¹ É importante notar que o nacionalismo e o comunismo são conceitos distintos. O comunismo, de certa forma, não é compatível com o nacionalismo, por contar com um componente necessariamente internacional (como presente em jargões como “trabalhadores do mundo, uni-vos”). Por outro lado, COUTINHO propõe que o incitamento ao sentimento nacionalista, já presente no país, seria uma maneira de promover a revolução nacionalista no país, a qual, posteriormente, seria transformada numa revolução comunista. Esta argumentação é abordada a seguir.

governo e no Exército. A “via pacífica”, segundo Coutinho, teria sido tentada igualmente por Salvador Allende, no Chile, no período de 1970 a 1973 (COUTINHO, 2002a, p. 76). Na consecução deste plano, o PCB, durante o período da crise de 1961-1964, teria contado com o aconselhamento e auxílio do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), afinal a própria tática de conquista de poder pela via etapista foi pregada pelo próprio PCUS.

A promoção do aprofundamento do sentimento antiamericano, já existente no país, teria sido tentada pelos serviços de Inteligência a serviço da URSS. Em paralelo, a União Soviética, através do serviço de Inteligência Tchecoslovaca no Continente, teria desenvolvido táticas de desinformação a fim de fomentar o antiamericanismo já forte na América Latina – como também, do outro lado do “conflito sem confronto” desenvolvia os serviços de Inteligência estadunidenses. A Inteligência Tcheca, segundo BITTMAN, teve grandes sucessos na tarefa, uma vez que “detinha inúmeros jornalistas à sua disposição na América Latina. Ela influenciava ideologicamente e financeiramente vários jornais do México e Uruguai e até mesmo possuía um jornal brasileiro até abril de 1964” (1985, p. 8). Os exercícios de desinformação estariam baseados, principalmente, em técnicas de falsificação. Deste modo, teriam sido desenvolvidas três importantes operações de desinformação durante a crise política no Brasil, com vistas a convencer os brasileiros, e também os latino-americanos, que a política externa de Washington tinha passado por mudanças fundamentais desde a morte de Kennedy, sublinhando o que seria uma política de exploração econômica e interferência nas condições internas dos países da América Latina (BITTMAN, 1985, p. 9).

A primeira das falsificações seria um *release* de imprensa, da Agência de Informação dos Estados Unidos (USIA) que continha os princípios fundamentais da

“nova política exterior Americana”. A segunda falsificação referia-se a uma série de circulares publicadas no nome de uma inexistente organização intitulada “Comitê para a Luta contra o Imperialismo Ianque”²², que teria, como propósito, alertar ao público latino-americano sobre as centenas de agentes da CIA, do Departamento de Defesa e do FBI disfarçados de diplomatas. Uma terceira falsificação tratava-se de uma carta escrita por J. Edgar Hoover, diretor do FBI, para Thomas A. Brady, um agente do *Bureau*. Esta última, posterior ao levante militar, dava crédito à CIA e ao FBI pelo sucesso na execução da derrubada do governo em 1964 (BITTMAN, 1985, p. 9).

Segundo Bittman, o *release* falsificado da USIA, contendo o que seriam os novos princípios da política exterior estadunidense (atribuídos a Thomas Mann, *Assistant Secretary of State* do governo dos EUA), foi mimeografado e distribuído em meados de fevereiro de 1964 à imprensa brasileira e a alguns políticos brasileiros selecionados. Uma carta anexada ao *release*, escrita por um empregado da USIA não identificado na carta (sob a desculpa de que poderia perder o emprego), afirmava que o documento havia sido suprimido pela Embaixada norte-americana por ser “muito franco” e que era por ele levado a público por que o povo “deveria conhecer a verdade”. Em 27 de fevereiro do mesmo ano, o jornal *O Semanário* colocava em manchete: “Mann determina linha dura para os Estados Unidos: nós não somos mascates para negociarem conosco”, e um ataque anti-americano era seguido do referido *release* forjado. Em razão do *release*, no dia 2 de março de 1964, um membro do PTB, Guerreiro Ramos, fez discurso comentando o que seria esta política exterior norte-americana, concluindo que os Estados Unidos tinham voltado a adotar a linha dura de John Foster Dulles após a morte do Presidente

²² *Committee for the Struggle against Yankee Imperialism.*

Kennedy. Guerreiro Ramos só posteriormente descobriu que o documento era forjado, retratando-se em seguida (BITTMAN, 1985, pp. 9-10).

A *Operação Thomas Mann* não teve impacto somente no Brasil, fomentando também o antiamericanismo em diversos pontos da América Latina. O nome Thomas Mann era utilizado como o símbolo do que seria o imperialismo americano. Exemplos da repercussão no Continente são as seguintes:

Em 29 de abril, a revista semanal pró-comunista mexicana Siempre imprimiu artigo referindo-se ao chamado Plano Thomas Mann contra a América Latina, e incluiu que o plano clamava a derrubada dos governos do Chile, Brasil, Uruguai e Cuba e o isolamento do México durante 1964, e o jornal uruguaio Época repetiu a acusação em 20 de maio. Duas semanas mais tarde, o primeiro secretário do Partido Comunista uruguaio discursou no Parlamento no contexto de uma discussão sobre exportações norte-americanas e acusou Thomas Mann de “favorecer cinicamente um golpe de Estado”. Quando a Embaixada americana em Montevideu publicou um lembrete de que o chamado Plano Thomas Mann era uma falsificação, o órgão comunista El Popular respondeu em 5 de junho de 1964, com um artigo eloqüentemente intitulado “Mister Mann: Plano de Guerrilha para toda a América Latina”. Até mesmo muito tempo depois, em 16 de junho de 1965, o jornal esquerdista mexicano El Día publicou um anúncio de um quarto de página do “Comitê Nacional Coordenador para Apoio à revolução Cubana”. O artigo afirmava que, em 1964, Thomas Mann guiou a Operação Isolamento, desenhado para minar a posição de Cuba como líder da luta antiimperialista na América Latina (BITTMAN, 1985, p. 10).

Uma segunda operação, como mencionado, consistia em circulares e proclamações creditadas ao “Comitê para a Luta contra o Imperialismo Ianque”. Estes documentos identificavam representantes norte-americanos como espiões, fossem eles diplomatas, jornalistas ou empresários. A seleção dos candidatos era feita através de informações biográficas de publicações norte-americanas, sendo selecionados os que tivessem em propósito com os objetivos do Serviço de Inteligência. As acusações, imaginadas e forjadas pelo Serviço Tcheco de

Inteligência, eram, segundo BITTMAN, aceitas na maioria dos casos como informação confiável (1985, p. 10).

A terceira operação de falsificação teria sido desenvolvida através de cartas forjadas, assinadas por J. Edgar Hoover e endereçadas a Thomas Brady. A primeira, de 2 de janeiro de 1961, tratava-se de uma carta de congratulações a Brady pelo seu aniversário de 20 anos a serviço do FBI. O propósito desta primeira carta forjada era o de autenticar uma segunda carta, de 15 de abril de 1964, posterior à intervenção militar, com a intenção de provar o envolvimento direto norte-americano na derrubada de João Goulart. A carta foi primeiramente planejada para culpar a CIA pelo feito, mas, por falta de amostras dos papéis e diagramação utilizados pela Agência, decidiu-se acusar o FBI. A falsificação igualmente causou repercussão na América Latina – sendo noticiada em Santiago, Montevidéu, Cidade do México, Bogotá e provavelmente outros, ganhando destaque como “uma nova onda de atividade subversiva norte-americana” (BITTMAN, 1985, p. 11).

Prestes novamente busca aconselhamento do governo soviético. O *ex-tenentista* viaja para Moscou em início de 1964. Durante os encontros que manteve com lideranças soviéticas na oportunidade, Prestes relatou o que era, na sua opinião, o diagnóstico da situação brasileira. Para o *ex-tenentista*, o PCB, no núcleo de um “poderoso movimento de massas sustentado pelo poder central” já se encontrava instalado no “seio do aparato estatal”. O Exército, por sua vez, estava, segundo Prestes, infiltrado “dos pés à cabeça por um forte movimento nacionalista e antiimperialista”, contando com oficiais nacionalistas e comunistas²³ dispostos a garantir, pela força se preciso, um governo nacionalista e antiimperialista (apud MIR, 1994, p. 118).

²³ Conceitos distintos, como mencionamos anteriormente.

Prestes prossegue explicando que a tática de tomada do poder seria a continuação da luta pelas reformas de base janguistas, como meio de acelerar a acumulação de forças e aproximar a realização de objetivos revolucionários (apud MIR, 1994, p 118). A afirmação do aprofundamento da crise como tática da liderança comunista tem relação com o que defende Moniz Bandeira, quando este afirma que Washington buscou o aprofundamento da crise, de modo a facilitar a derrubada de Goulart (BANDEIRA, 2001, p. 15). Se tomarmos por base o que os dois afirmam, então o mais correto parece ser que tanto Washington quanto o próprio PCB – e a própria URSS, orientando a atuação do PCB – tiveram participação na radicalização da crise, contradizendo ao apontamento feito por Bandeira de que Washington caracterizar-se-ia como único ator no desempenho desta tarefa.

A descrição da tática do líder do PCB para o Brasil aos líderes soviéticos mantém semelhanças à tática bifásica, mencionada por COUTINHO (mencionado no início deste capítulo), a qual dividir-se-ia em: a) tomada de poder, por um golpe, através de uma revolução nacionalista e, posteriormente, b) a substituição do caráter revolucionário nacionalista por um caráter socialista. Ao que seria o sucesso desta tática teria se referido Luiz Carlos Prestes, ainda na conferência com os líderes soviéticos. Naquela oportunidade, Prestes prossegue seu diagnóstico sobre a crise, afirmando que o arcabouço institucional brasileiro impedia a realização das *reformas de base*, uma vez que o Congresso era majoritariamente anti-reformas. Diante disso, o grande trunfo para a consecução das reformas seria o *dispositivo militar* (composto, como dito pelo próprio Prestes, de nacionalistas e comunistas²⁴), capaz

²⁴ Estaria no nacional-socialismo, aliás, segundo Meira Penna, a principal característica dos regimes totalitários do séc. XX. Para o autor, “No presente século é o nacional-socialismo a única e exclusiva ideologia totalitária e revolucionária atuante, oferecida em cem receitas diversas (...) Foi o marxismo-leninismo na Rússia, o Maoísmo na China, o Hitlerismo na Alemanha, o Nasserismo no Egito, o Peronismo na Argentina, o Titoísmo na Iugoslávia, o Castrismo em Cuba, e assim por diante (...) Luta de classes e guerra externa confundem-se” (MEIRA PENNA, 1997, pp. 147-148).

não só de barrar uma reação da direita, mas de, também, desencadear uma *ação energética*, com o apoio das massas, para desencadear estas reformas. O discurso de Prestes, ao mencionar a necessidade de suplantar o Congresso através de uma *ação energética* por parte do *dispositivo militar*, nos sugere o vislumbre de uma tática golpista. O braço armado do PCB para este novo 35 seria a Antimil, organização secreta daquele partido formada desde 1934 dentro das instalações militares, contando com cerca de seiscentos participantes, entre oficiais, suboficiais e soldados em todos os quartéis do país.

A importância da participação de elementos militares no processo – na consecução da *ação energética* – seria tamanha que, para Prestes, a revolução deveria começar, a exemplo de 1935, ano da Intentona Comunista, pelos quartéis. Através dela, prossegue a liderança comunista, seria implantado um “capitalismo de Estado, nacional e progressista” que, por sua vez, “seria a ante-sala do socialismo”. Finalmente, depois da tomada do Estado, a tática seria “converter rapidamente, a exemplo da Cuba de Fidel ou do Egito de Nasser, a revolução nacional-democrática em socialista” (apud MIR, 1994, p. 119). Percebe-se aí o plano de, no Brasil, praticar-se o modelo bifásico de revolução mencionado por Coutinho – primeiro, a conquista do governo, fase denominada “revolução nacional-popular” ou “democrática-popular”; posteriormente, a “revolução socialista”, ou seja, a transformação deste governo instalado em um governo socialista (COUTINHO, 2002, p. 76).

Recebendo o diagnóstico de Prestes com grande entusiasmo, Krushev comprometeu-se novamente em garantir auxílio de qualquer tipo, do político ao militar, mesmo que a Diretoria de Inteligência do Exército soviético (GRU) se

mostrasse pessimista acerca das capacidades de sucesso do plano de Prestes²⁵ (MIR, 1994, p. 119). Após a derrubada de Jango, a Escola Superior de Guerra estudou as anotações de Prestes, chegando a conclusão análoga: uma visão irrealista acerca da articulação, inserção e operatividade da esquerda brasileira, bem como a subestimação de todas as direitas (MIR, 1994, p. 140).

De Moscou, Prestes parte para Havana, disposto a tratar da revolução brasileira em nome do próprio Krushev, sendo recebido com honras de chefe de Estado. Em conversa com Fidel, Prestes comunica ao cubano que “Goulart fechara um acordo político e reformista com os comunistas” contando com o apoio acertado de Moscou. Os comunistas, por desejo de Moscou, não deveriam buscar tomar o poder pela luta armada, enquanto a política soviética de coexistência pacífica e caminho pacífico era para eles prioritária e hegemônica dentro do Brasil (MIR, 1994, p. 121).

Confirmando os entendimentos entre a liderança do PCB e Krushev, em sua mútua busca de engendrar no Brasil a revolução socialista, Prestes, como porta-voz do líder soviético, se encontra com Paulo Schilling, aliado de Brizola, ao qual teria proferido que “o acertado entre mim e Krushev é que a solução para a América Latina terá de ser necessariamente pacífica e a longo prazo”, ou seja, a estratégia *etapista*. Posteriormente, Prestes, trazendo mensagem do governo soviético, encontra-se com o Presidente brasileiro, assegurando-lhe que aquela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas o “respaldaria quando declarasse a independência e a neutralidade brasileira no conflito Leste-Oeste”, incluindo apoio econômico para a realização das reformas de base, bem como o apoio militar no caso de ingerência norte-americana contra o seu governo (MIR, 1994, p. 123).

²⁵ Para aquela Diretoria, “a organização militar comunista era débil e não tinha a menor chance frente à oficialidade anticomunista” (MIR, 1994, p. 119).

A CIA, porém, como mencionamos no capítulo segundo, acompanha os passos de Prestes e, em vista das palavras daquele líder comunista, profere o diagnóstico de que os comunistas tentariam em breve o golpe a favor de Goulart, ou, segundo Coutinho, implementar a segunda fase da tática *etapista*. Segundo os informes norte-americanos em Moscou, era certa a tentativa dos comunistas, junto com Goulart, de tomar de assalto o poder nas próximas semanas e, assim, Krushev e Prestes “fraturariam o Ocidente” (MIR, 1994, p. 122). Neste ínterim, segundo Mir, o Embaixador soviético, Guennadi Fomin, articulava apoio político e todo o tipo de ajuda quando da instalação de um governo “democrático-popular” no Brasil, ou seja, um golpe comunista, liderado por Goulart e Prestes. Seu plano era que Goulart lançaria a proposta de um governo “nacional e democrático, antiimperialista e reformista”, enquanto Prestes lançaria oficialmente a candidatura de Jango às eleições de 1965 (MIR, 1994, p. 124).

Em 13 de março de 1964 é a vez do comício frente à Estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Foices e martelos caracterizavam as faixas entre a platéia. Segundo Gordon, “Em breve poderia haver um golpe dado por Goulart, um golpe contra Goulart ou o início de uma luta armada” (GORDON, 2002, p. 360). A participação de Jango na reunião de sargentos no Automóvel Clube, em 30 de março daquele ano, e os discursos, como o aparente endosso do Presidente, que caracterizariam como o Exército como “chicote maldito para escravizar o povo brasileiro” condicionaram um desfecho mais brusco do levante militar. Adiantando os planos conspiratórios – pegando despreparados tanto os líderes comunistas como os próprios conspiradores²⁶ –, os generais Olympio Mourão Filho e Carlos Luís

²⁶ Prestes descartara o sucesso de um golpe militar direitista, bem como, lembrando o mencionado no capítulo um, Castelo Branco tentou ainda, sem sucesso, adiar o levante (WESSON; FLEISCHER, 1983, p. 24)

Guedes põem as suas tropas em marcha, em direção a Brasília, dispostos a derrubar o governo Goulart. Traziam, assim, a vitória ao grupo que, na crise de 1961-1964, foi apoiado pelos Estados Unidos, abortando o plano soviético da revolução *etapista* pela qual, no Brasil, o mundo assistiria a deflagração da terceira grande revolução comunista.

Ao contrário de Cuba, entretanto, o novo governo não rompe relações diplomáticas com a União Soviética, que tinham sido re-estabelecidas ainda em 1961. Depois da instalação do regime militar, pelo contrário, o comércio entre os dois países prosperou, fazendo com que o Brasil se tornasse o principal parceiro comercial da URSS na América Latina. Fato que, segundo Anatolii Glinkin, *latino-americanista* soviético, se refere à tendência brasileira de “descartar a herança de preconceitos anticomunistas” (apud DOMÍNGUEZ, 1986, p. 71). Politicamente, entretanto, a URSS parece sair perdedora, uma vez que seu modelo de revolução *etapista*, por intervenção da conspiração militar, fracassa, enquanto seus aliados buscam exílio fora do país. Prestes se alterna entre a vida na clandestinidade e o exílio na URSS. A terceira grande revolução comunista do mundo, desta forma, fora adiada.

Conclusão

No período em que o Brasil passou por uma de suas grandes crises políticas e econômicas do século XX, o país, em paralelo à dinâmica principalmente doméstica desta crise, tornou-se o palco para o enfrentamento, não só ideológico, mas também estratégico, entre os dois blocos que dividiram o mundo durante a Guerra Fria.

De um lado, os Estados Unidos da América, temerosos com a emergência de uma nova Cuba no Continente, desta vez com proporções geometricamente maiores, garantiram apoio aos conspiradores militares que buscavam derrubar Goulart e afastar o que, aos seus olhos, consistia igualmente em uma *comunização* do país e tomada, por parte de Jango, de uma opção golpista. Do outro lado, a União Soviética e a China, dispostos a garantir, no país, a terceira grande revolução comunista no mundo, garantiram auxílio às lideranças comunistas do país que, através da aliança com Goulart, viam a oportunidade de desenvolver no país suas próprias táticas e ditar seus próprios rumos; enquanto Cuba, desempenhando a mesma tarefa, buscava se firmar como outro grande pólo da difusão da revolução comunista para o Continente.

Em jogo estava, possivelmente, a lealdade do maior país da América Latina e, conseqüentemente, o destino de todo o Continente sul-americano. Se a revolução vermelha no Brasil poderia significar a extensão do comunismo por toda a América Latina, a contenção da “Ameaça Vermelha” no país, por sua vez, garantiria uma barricada necessária para evitar a tomada de todo o Continente. A história nos

mostra que a última opção saiu vitoriosa e, desta forma, Washington garantiu a sua segurança, ao menos naqueles idos de março de 1964, da emergência de uma nova revolução que, como Cuba na Crise dos Mísseis, pudesse ameaçá-la.

Para a China, o auxílio à revolução no Continente americano representaria o fortalecimento de sua posição como segunda grande força comunista do mundo. Posteriormente, significaria a afirmação da “linha chinesa” de revolução que, segundo os próprios chineses, não teria “traído” a revolução *comunista* mundial, ao contrário da União Soviética e sua participação no conceito de “coexistência pacífica” entre os dois blocos. Mantendo consonância com a proposta chinesa de um enfrentamento em escala mundial contra o capitalismo, a linha chinesa significava uma coisa: a escolha pela luta armada.

Também adepta da luta armada, Cuba buscou, durante o período de crise brasileira de 1961-1964 e posteriormente à instalação do regime militar brasileiro, *exportar* a revolução cubana ao Brasil, uma vez que o desempenho desta tarefa não só firmaria a Ilha como um dos pólos mundiais da irradiação da revolução comunista ao resto do globo, como também servia para a legitimação e fortalecimento do próprio regime cubano. Na consecução deste objetivo, representou papel fundamental a teoria cubana do *foco guerrilheiro*, que segundo os planos da Ilha caracterizar-se-ia através das Ligas Camponesas. A fragilidade das Ligas, a diferença entre o que pregavam seus líderes e o que buscavam os camponeses que a ela compunham, bem como a ação soviética e do PCB de modo a impedir no país o caminho armado cubano e a opção pela “linha soviética”, abortaram os planos de Francisco Julião, Clodomir dos Santos Moraes e, na liderança cubana, do próprio Fidel Castro.

Por fim, a União Soviética, desde a década de 30, auxiliara a revolução comunista no Brasil. Em 1935 foi a vez de Prestes, em íntimo contato com a URSS, desencadear no Brasil a tentativa de tomada de poder pela via das armas, na Intentona Comunista, rapidamente abafada pelo Exército brasileiro. Na década de 60, os planos soviéticos foram revisitados, desta vez pela tentativa de, no país, desenvolver a tática *etapista* ou a “via pacífica” para a chegada dos comunistas às rédeas do governo brasileiro. Prestes e o PCB, no desempenho dessa segunda tarefa, contaram com o auxílio dos moscovitas, a exemplo de 1935. O lado auxiliado pelos norte-americanos, entretanto, saíram vitoriosos e, desta forma, como em 1935, a revolução brasileira foi postergada.

São estas as conclusões sobre a participação do Bloco Socialista na crise de 1961-1964 que, segundo os autores estudados, podem ser extraídas. Longe de esgotar o assunto, o vislumbre deste outro lado da participação estrangeira na derrubada de Goulart poderá contribuir para a construção de um quadro mais completo no entendimento daquele período que, imerso num contexto de Guerra Fria, decidiu os rumos ideológicos do governo do Brasil. Apesar da dinâmica prevalente da crise ter sido brasileira, 1964 constitui, sem dúvidas, um episódio do “conflito sem confronto”, decidido ao redor do mundo, para usar uma óbvia analogia, como um jogo de xadrez geopolítico. E, em 1964, “no jogo de xadrez das superpotências, o peão brasileiro era, na verdade, uma rainha estratégica”.

Referências Bibliográficas

Livros:

AUGUSTO, Agnaldo D. N. *A grande mentira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

AZAMBUJA, Carlos I. S. *A hidra vermelha*. Samizdat, 1985.

BANDEIRA, Luiz A. M. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Ed. Unb, 2001.

BITTMAN, Ladislav. *The KGB and the soviet disinformation: an insider's view*. Estados Unidos da América: Pergamon-Brassey's International Defense Publishers, 1985.

BLACK, Jan K. *United States penetration of Brazil*. Estados Unidos da América: University of Pennsylvania Press, 1977.

CANTARINO, Geraldo. *1964, a revolução para inglês ver*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

CERVO, Amado L; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

CORRÊA, Marcos S. *1964, visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre: L&PM, 1977.

COUTINHO, Sergio A. de A. *A revolução gramscista no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ombro a Ombro, 2002a.

COUTO, Adolpho J. de P. *Revolução de 1964, a versão e o fato*. Porto Alegre: Gente do Livro, 1999.

D'ARAUJO, M. C; SOARES, G. A. D; CASTRO, C. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DOMÍNGUEZ, Jorge I. *U.S, soviet, and cuban policies toward Latin America*, in *East-West tensions in the third world*, ed. Marshall D. Shulman. Estados Unidos da América: WW. Norton & Company, 1986.

GORDON, Lincoln. *A segunda chance do Brasil: a caminho do primeiro mundo*. São Paulo: SENAC, 2002.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

McCAULEY, Martin. *Russia, America and the cold war, 1949–1991*. Estados Unidos da América: Addison Wesley Longman, 1998.

MEIRA PENNA, José O. de. *O espírito das revoluções: da revolução gloriosa a revolução liberal*. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade, 1997.

MIR, Luís. *A revolução impossível*. São Paulo: Best Seller, 1994.

MORAES NETO, Geneton. *Dossiê Brasil*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. 4ª ed. Porto Alegre: L&PM, 1978.

PEDREIRA, Fernando. *Março 31: civis e militares no processo da crise brasileira*. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.

PINHEIRO NETO, João. *Jango: um depoimento pessoal*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

PORTER, Bruce D. *The USSR in third world conflicts*. Estados Unidos da América: Cambridge University Press, 1984.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contra-golpe?* Porto Alegre: L&PM, 1978.

_____. *1964, vinte anos de golpe militar.* Porto Alegre: L&PM, 1985.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo.* 5^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *O Brasil visto de fora.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. *Politics and economic policy making in authoritarian Brazil, 1937-71.* in *Authoritarian Brazil: origins, policies and future*, ed. Alfred Stepan. Estados Unidos da América: Yale University Press, 1973.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira.* Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

WESSON, Robert; FLEISCHER, David V. *Brazil in transition.* EUA: Praedger Publishers, 1983.

Publicações periódicas:

GASPARI, Elio. Entrevista: Daniel Aarão Reis. *O Globo*, 23 de setembro de 2001.

MAGALHÃES, Mário. *Cuba apoiou guerrilha já no governo Jânio*. Folha de São Paulo, 8 de abril de 2001.

MACHADO PEIXOTO, João P. *Porquê os militares intervêm na política? Brasil 1964, um estudo de caso. in Política & Estratégia*. Vol. IV, número 3. Julho – Setembro de 1986. São Paulo: Centro de Estudos Estratégicos Convívio. Sociedade Brasileira de Cultura.

PASSARINHO, Jarbas. Pode a história ser apagada? *O Estado de São Paulo*, 8 de abril de 2003.

Internet:

CAMARGO, Aspásia. Ligas Camponesas. Disponível em:

<http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/7794_1.asp>. Acesso em 13 de junho de 2003

CARVALHO, Olavo de. Derrubando a história oficial de 1964. Disponível em:

<<http://midiasemmascara.org/materia.asp?cod=91>>. Acesso em 11 de junho de 2003.

COUTINHO, Sergio A de A. Outra vez a “via pacífica”? Disponível em:

<<http://www.midiasemmascara.org/materia.asp?cod=110>>. Acesso em 03 de abril de 2003. Publicado originalmente no jornal Ombro a Ombro, edição de outubro de 2002b.

Bibliografia sugerida ao longo deste trabalho:

BUENO, Eduardo. *História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 1997.

CARVALHO, Olavo de. *A Nova Era e a Revolução Cultural: Frijtof Capra & Antonio Gramsci*. 2ª ed. Rio de Janeiro: IAL & Stella Caymmi, 1994.

_____. *O Imbecil Coletivo: Atualidades Inculturais Brasileiras*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade Editora e Academia Brasileira de Filosofia, 1996.

GERTZ, Bill. *The China Threat: How the People's Republic Targets America*. Estados Unidos da América: Regnery Publishing, 2000.

LIANG, Qiao; XIANGSUI, Wang. *Unrestricted warfare: China's master plan to destroy America*. Estados Unidos da América: Newsmax.com, 2002.

MEIRA PENNA, José Osvaldo de. *Decência Já*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992.

MOREL, Edmar. *O golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SCARTEZINI, A.C. *Segredos de Médici*. São Paulo: Marco Zero, 1985.

VIZENTINI, Paulo F. *A política externa do regime militar brasileiro (1964-1985)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

Anexo A1: 1964 como um contra-golpe?

Como dissemos no ponto 1.1 deste trabalho, a discussão acerca da definição de 1964 passa longe de um consenso. Talvez um meio-termo mais correto entre as duas definições, a de *golpe* e de *revolução*, fosse a definição *contra-golpe*. Para José Osvaldo de Meira Penna, o mais correto seria “considerá-lo um movimento restaurador da autoridade, destinado a [1] impedir a absorção do país pela esfera de influência soviética [que os conspiradores acreditavam estar acontecendo] e [2] colocar em bases mais racionais e ordeiras o processo acelerado de modernização e desenvolvimento em que se empenhava no que, essa sim, pode ser corretamente denominada de revolução industrial” (MEIRA PENNA, 1997, p. 44). O ponto [1] refere-se à *comunização* do país que, aos olhos de líderes militares, orientados pela doutrina de Segurança Nacional (notadamente anticomunista), estaria acontecendo no país, à medida em que Goulart, enfrentando críticas dos ramos conservadores, buscava refúgio e apoio nos sindicatos e líderes comunistas. O ponto [2] respeita ao caráter modernizador que, segundo argumenta Fiechter (1974), tomou lugar durante o regime militar, ao suplantiar o modelo anterior, de caráter populista.

O desfecho da crise de 1964, a derrubada de Goulart e a instauração do regime autoritário militar no Brasil, teria resultado de um movimento destinado a abortar uma movimentação golpista que, aos olhos dos conspiradores, estaria em marcha no Brasil. Teria sido concebido, portanto, como uma batalha de contra-ataque e, assim, um movimento *contra-golpista*. A discussão de que se um golpe pela parte de Jango estaria sendo posto em prática ou não, porém, é longa demais para ser empreendida nesta monografia. A definição basear-se-ia apenas no fato de que os conspiradores mantinham a *sensação* – e por *sensação* entende-se argumentos antes *subjetivos* do que *objetivos*, sendo bastante controversos e sobre os quais existe pouquíssimo consenso entre os autores estudados – de que ações golpistas vindas de Jango e aliados estariam sendo

postas em prática. Daí decorria a concepção deste plano conspiratório, disposto a abortar estas ações, como *contra-golpista*, unicamente pelo fato de ter sido concebido com este fim, segundo a argumentação e justificativas estudadas dos líderes da conspiração. A situação poderia ser mais bem resumida fazendo uso das palavras de D'Araujo, Soares e Castro, quando argumentam que, para os conspiradores, “1964 é visto como um contragolpe ao golpe de esquerda que viria, provavelmente assumindo a feição de uma ‘república sindicalista’ ou ‘popular’” (D'ARAUJO, DILLON SOARES & CASTRO, 1994, p. 12).

Os dois fatores que caracterizariam, em especial, o movimento conspiratório militar como *contra-golpista* segundo a argumentação dos próprios envolvidos em seu planejamento ou execução seriam: (a) ter sido concebido com o objetivo primeiro *abortar* o que, aos seus olhos, tratava-se de um golpe de Estado partido de Jango e seus aliados que, nesse contexto, era então tido como provável não só pelos militares à frente da conspiração, como também pelos próprios aliados de Goulart; e (b) planejado igualmente com vistas a restaurar a autoridade das instituições que, segundo os militares à frente da conspiração, estariam sendo ameaçadas pelo próprio líder de governo, enquanto este pregava o caminho revolucionário com vistas à realização das *reformas de base* e instauração de uma *República Sindicalista*, um caminho revolucionário que, segundo aliados de Jango, deveria ser feito “na lei ou na marra” (PINHEIRO NETO, 1993, p. 102). Ao referir-nos às instituições, pode-se depreender que a mais fragilizada aos olhos destes militares era notadamente a própria instituição militar, que, do seu ponto de vista, encontrava-se desgastada pelo incitamento, por parte do Presidente, à subversão nas fileiras das Forças Armadas – como, por exemplo, no episódio do jantar oferecido pelos sargentos Automóvel Clube, tido como a gota d’água para a deflagração da deposição de Jango¹.

¹ Depoimentos que apontam para este fato podem ser encontrados tanto nas memórias do General Mourão Filho quanto no livro “Visões do golpe: a Memória Militar sobre 1964”, já citados previamente nesta monografia. Outros episódios incluem o comício na Central do Brasil, a revolta dos sargentos, em 1963, e a dos marinheiros e fuzileiros navais, em março de 1964. Há alguma concordância a respeito de que a situação, para os militares, teria se tornado insuportável, na

A procedência das suspeitas dos militares no que se refere aos dois fatores, entretanto, igualmente passa longe de um consenso por parte dos historiadores que utilizamos como referência. Todos estes motivos apontados pelos militares são, como dito anteriormente, antes subjetivos do que objetivos, uma vez que se baseiam mais em *sensações* do que em *fatos* propriamente ditos. Portanto, não nos cabe aqui, neste ponto, discutir se eram procedentes ou não as suspeitas dos conspiradores, mas apenas apontar alguns dos indícios e suspeitas que os levariam a chegar a esta conclusão. Assim, como nosso é nosso objetivo apenas apontar os argumentos que, segundo os conspiradores, provariam o que seria uma intenção golpista de Jango e, portanto, justificariam a sua derrubada, algumas das referências das quais faremos uso neste capítulo vêm de autores que participaram no levante, tal como o diário do General Mourão Filho, bem como de obras publicadas durante o período militar, antes da anistia promovida em 1979, como uma das referências do historiador Hélio Silva, publicada em 1978, ou a obra de Pedreira, do próprio ano de 1964, posterior ao referido 31 de março.

De todo modo, como dito por Edmundo da Luz Pinto, “nossa República nasceu de gota militar” (apud MOURÃO FILHO, 1978, p. 52). Golpes e ditaduras são recorrentes na História brasileira. A República não foi proclamada, mas nasceu, sim, da prisão do Visconde de Ouro Preto e o banimento do Imperador. Seguiram-se alternadas ditaduras autocráticas, nos levando ao passado mais anterior à década de 60: em 1930 Vargas sobe ao poder através da revolução, liderada por militares. Em 1935 há a fracassada tentativa da Intentona Comunista. O golpe ocorre novamente em 1937, e o Estado Novo de Vargas só termina através de outro golpe. Há ainda o impedimento do Vice-Presidente Café Filho, do Presidente do Senado Federal, Nereu Ramos e a impugnação da posse de Kubitschek (SILVA, 1985).

medida em que a “subversão” atingiu as Forças Armadas em dois de seus fundamentos básicos, ou seja, a disciplina e a hierarquia. Sobre isso, ver os livros citados.

Segue-se o que teria sido uma tentativa golpista de Jânio Quadros. Explica-se: o golpe teria sido tentado, igualmente, pelo próprio Jânio Quadros em 1961, quando, visando ser reconduzido ao governo pelo povo e com poderes ampliados, renunciou ao mandato de presidente numa sexta-feira, fim de semana parlamentar, enquanto o Vice-Presidente Jango, o outro “Jan” da chapa *Jan-Jan*, se encontrava em viagem oficial à China (SILVA, 1978, 123).

No prefácio de seu livro de memórias, o General Olympio Mourão Filho, um dos líderes da conspiração militar, responsável pelo adiantamento da data do levante para o dia 31 de março, inclui o que seria esta malfadada tentativa de Quadros na seqüência de crises brasileiras, chamando-a de “tentativa de golpe mascarada de renúncia” (MOURÃO FILHO, 1978, p. 17).

De toda forma, a denúncia sobre um eventual golpe de Jânio foi pela primeira vez feita com estardalhaço em 24 de agosto de 1961, pelo então Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, adversário do Presidente Jânio Quadros. Na oportunidade de sua renúncia, muito se falou que Jânio enviara João Goulart à China comunista de modo a incompatibilizá-lo e impedi-lo de assumir a Presidência imediatamente (SILVA, 1978, p. 123).

O próprio Jânio teria admitido a tentativa golpista falha. Nas que seriam as palavras de Quadros, proferidas em diálogo reservado a Jânio Quadros Neto, “tudo foi muito bem planejado e organizado. Mandeí o Jango Goulart em missão oficial à China, no lugar mais longe possível, assim ele não estaria no Brasil para assumir ou fazer articulações políticas. (...) Eu acreditava que não haveria ninguém para assumir a presidência. Pensei que os militares, os governadores e

principalmente o povo nunca aceitariam a minha renúncia e exigiriam que eu ficasse no poder” (QUADROS NETO e BOTELHO GUALAZZI, 1996, p. 45)².

Com a decisão de pedir a renúncia em momento no qual Jango estaria impedido de sucedê-lo, distante milhares de quilômetros – além de acontecer num fim-de-semana parlamentar, Jânio assim teria tempo e condições de ser reconduzido à Presidência “na crista de uma manifestação popular, que lhe daria, de fato, plenos poderes” (SILVA, 1978, p. 123).

O vislumbre desta tática golpista por parte do ex-Presidente Quadros seria antiga. No período no qual visitou Cuba a convite de Fidel Castro, depois de Quadros relançar sua candidatura à Presidência, Jânio teria comentado com admiração tática semelhante utilizada por Castro, de renúncia e conseqüente volta ao cargo, após aclamação e apelo popular (MIR, 1994, pp. 34 e 35). O próprio Jânio havia renunciado e, ao relançar sua candidatura, retornou com maior força ao pleito. O golpe de Quadros visava, se tomarmos como verdadeiras estas que seriam as palavras do próprio ex-Presidente, contornar a situação de ingovernabilidade em que se encontrava Jânio Quadros, sofrendo oposição tanto da direita, com Lacerda como *ponta-de-lança*, com críticas à Política Externa de Quadros³, bem como da esquerda, por sua política econômica recessiva (QUADROS NETO e BOTELHO GUALAZZI, 1996).

Mas antes disso, João Goulart, que havia concorrido na chapa do Marechal Lott e terminou eleito para a Vice-Presidência de Jânio, já teria, segundo

² O diálogo está disponível igualmente em MORAES NETO, 1997, p. 83-86

³ A Política Externa do governo Quadros, intitulada de “Política Externa Independente” (PEI), sob o exercício de Afonso Arinos de Melo Franco, e continuada, depois da renúncia e instituição do parlamentarismo, por San Tiago Dantas. A PEI disse pregar o pragmatismo do Brasil em suas relações internacionais, evitando-se o alinhamento aos blocos que então dividiam o mundo, em plena Guerra Fria, suscitando críticas de grande parte dos políticos da UDN e de Lacerda, em especial, por sua tentativa de reestabelecer as relações diplomáticas com a União Soviética, interrompidas desde 1947 (CERVO; BUENO, 1992, pp. 281-286)

acusações de seus críticos, ambicionado chegar ao poder pelas vias de um golpe de Estado. Antes de sua eleição como Vice-Presidente, durante sua batalha pela posse e depois de assumir o cargo, Jango teria buscado, igualmente, a alternativa golpista. O ex-Presidente Goulart teria planejado o golpe de Estado em pelo menos três momentos distintos. Desta feita, aos olhos dos conspiradores, os dois momentos anteriores teriam funcionado como precedentes para agravar a sensação que tinham de que Jango estaria planejando um eventual terceiro golpe.

O primeiro momento em que a alternativa golpista teria sido sondada dataria de antes das eleições que o levaram à Vice-Presidência, com vistas a ocupar o lugar do então Presidente Kubitschek e realizar as chamadas *reformas de base*. A denúncia foi feita apenas em 22 de novembro de 1963 pelo então Deputado Federal Armando Falcão, que fora também Ministro da Justiça do governo de Juscelino Kubitschek.

Segundo Falcão, a intenção de Jango em liderar um golpe de Estado era anterior à sua assunção à Presidência, visando afastar a candidatura do Marechal Lott. O plano, de princípios de 1960, envolveria o então Comandante do III Exército, General Osvino Ferreira Alves e o então Governador Leonel Brizola. “O plano visava a implantação de um governo de fato, representado por uma junta militar, chefiada pelo Gen. Osvino” (SILVA, 1978, p. 297).

O plano, no qual recusaria participação o Gen. Osvino Ferreira Alves, evitaria as eleições que viriam a eleger Jânio Quadros e nas quais Jango era companheiro de chapa do próprio Marechal Lott. Falcão, o autor da denúncia, dizia ter sido chamado para conversas com o Governador Leonel Brizola e João Goulart, quando teriam tentado convencê-lo de que, na ocasião, se “deixarem que haja eleição, Jânio está eleito e toma posse. Golpe depois da eleição não se faz mais. Temos que evitar o pleito” (SILVA, 1978, p. 297).

A ordem de partida para o plano golpista seria dada logo após uma viagem do então Presidente Kubitschek a Portugal, segundo continua a denúncia de Falcão, quando ainda Ministro daquele governo, pelo próprio Goulart, então candidato à Vice-Presidência. Procurado em sua residência, Falcão teria ouvido do próprio Goulart que este "não concordava mais em ser candidato à Vice-Presidência, desistia da viagem a Montevidéu e queria assumir a Presidência da República" (SILVA, 1978, p. 298).

A estratégia era, nas palavras de Jango e segundo Falcão, "com a candidatura Lott vamos todos para a desgraça. A solução é esta: assumo o governo, você, Falcão, neutraliza o Ministro [da Guerra] Denys ; faz-se uma greve geral no Rio e em São Paulo e o Brizola vem do Sul com o Gen. Osvino à frente da tropa. Aqui instalamos uma junta militar amiga. Fazemos as "reformas de base" e dentro de uns dois ou três anos o Juscelino pode voltar" (SILVA, 1978, p. 298).

Esta denunciada tentativa de golpe, porém, fracassou. Kubitschek, comunicado pelo Ministro Falcão a respeito dos planos de Goulart, cancelou a viagem a Portugal e enviou Jango para representar o Brasil em conferência internacional em Genebra. Teria sido desmontada, assim, uma eventual primeira tentativa golpista de João Goulart (SILVA, 1978, p. 298).

O segundo teria ocorrido logo depois da renúncia de Jânio e da oposição montada pelos Ministros Militares à posse de Jango. Seguimos então com a linha cinética das que seriam tentativas golpistas para os conspiradores: depois da renúncia de Quadros, os Ministros Militares lançam Manifesto contra a posse de João Goulart. O Manifesto, de 30 de agosto de 1961, apontava o que os Ministros Militares entendiam ser o perigo que o passado de João Goulart e "suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas

e freqüentes no meio sindical” representava à nação caso sua posse se efetivasse.

Depois de proposta a alternativa parlamentarista, igualmente malfadada, Jango e aliados teriam planejado um golpe para garantir a volta ao presidencialismo, pois viam no sistema parlamentarista amarras que tiravam de Goulart o poder para realizar as *reformas de base*. Buscou, assim, a volta para o sistema presidencialista, através da campanha pela realização de plebiscito popular para decidir a questão. Um dos argumentos era o de que a Emenda nº 4, que instituía o parlamentarismo, não tinha legitimidade para Goulart, pois ele tomara posse como Vice-Presidente eleito pelo voto direto, em regime presidencialista. Para Mourão Filho, permitir a posse de Goulart como sucessor legal de Jânio Quadros foi “erro crasso dos constitucionalistas políticos”, uma vez que, suprimido o regime presidencialista, a linha de sucessão ficaria naturalmente interrompida. O certo para Mourão Filho teria sido, portanto, eleger, por voto indireto, Goulart como o primeiro Presidente do novo regime que se instalava (1978, p. 46).

Ainda para Mourão Filho, neste meio termo, enquanto Goulart e aliados buscavam acelerar a realização do plebiscito para a volta ao sistema presidencialista, “O General Amaury Kruel, Chefe do Gabinete Militar da Presidência, [articulava] o golpe de Estado com o fechamento do Congresso e a edição de um Ato Institucional, fazendo ditador o Sr. Goulart” (MOURÃO FILHO, 1978, p. 46).

Este segundo plano golpista de Jango teria sido por ele percebido em 10 de fevereiro de 1962, durante visita a Santa Maria – RS⁴. Mourão Filho teria

⁴ O relato do General Mourão Filho segue “[Quando em Santa Maria – RS] Brizola chegou no mesmo dia e fui recebê-lo no Aeroporto. (...) eu havia recebido um rádio do Penha Brasil solicitando-me que hospedasse o número possível de delegados da FARSUL num dos meus

participado, então, de jantar na casa do General Osvino que contou também com a presença de Brizola. Segundo o relato de Mourão Filho, o plano golpista seria assim desenhado:

a) Campanha intensa pelo plebiscito para a volta do presidencialismo;

Campanha intensa para a obtenção das reformas de base, das quais a principal é a Reforma Agrária (...);

Abordaram também a questão da elegibilidade dos Sargentos e dos soldados e a extensão do voto aos soldados e aos analfabetos.(...)

Falaram francamente em obter as reformas e o plebiscito “na marra”, se preciso.(...)

Só então o General Mourão Filho, segundo argumenta, teria ficado “disposto a começar uma contraconspiração para impedir que uns loucos furiosos transformassem esse país numa fogueira” (MOURÃO FILHO, 1978, p. 102).

Finalmente, o que seria uma terceira movimentação golpista: depois de eleito, o golpe de Estado seria engendrado a partir do próprio gabinete do Presidente da República, auxiliado por aliados nacionalistas, liderados pelo ex-Governador do

quartéis, pois haveria uma Convenção da entidade. (...) A Convenção seria perturbada pelos estudantes e comunistas, pois segundo eles, a reunião seria para articular a defesa dos fazendeiros contra a ameaça de invasão de suas terras (...) o movimento dos ‘sem terra’ era articulado por Brizola e que o Cel. Prado era o executivo dele na tarefa de reunir invasores e acampá-los na frente das estâncias. Até então, eu estivera meio alheio aos fatos, julgando que se tratava de casos isolados (...) Mas caíram-me as vendas dos olhos e comecei a enxergar. Tive a sensação de que estava dormindo e acordara. Então, não eram simples ocorrências. Ao contrário, um grande plano articulado e em marcha, para subverter a ordem (...) em todo o Brasil. Nem mais nem menos do que um grande e vasto plano de subversão em todo o Brasil. Brizola era cunhado do João Goulart! Acordei. Resolvi me aprofundar mais na causa” (MOURÃO FILHO, 1978, p. 101-102).

Rio Grande do Sul, Leonel Brizola e seus *grupos dos onze*⁵; enquanto alguns dos líderes comunistas, como Prestes, teriam, gradativamente, passado a ver em Jango o líder ou a *ponta-de-lança* para o desenrolar da revolução vermelha no Brasil.

Os dois momentos que precederam a assunção de Jango ao cargo de Presidente da República funcionaram, aos olhos dos conspiradores, como precedentes perigosos às instituições, contribuindo para que pensassem que esta terceira movimentação golpista, por parte de Jango, estaria sendo posta em marcha. Argumentava-se, baseado nos dois primeiros momentos, que Goulart seria *propenso à solução golpista* (SILVA, 1978, p. 298). O movimento de 1964 buscava, nos planos dos conspiradores, portanto, abortar esta última movimentação golpista, que avançaria em consecução aos planos de Jango e aliados, tanto os nacionalistas quanto os comunistas.

Leonel Brizola, no período, teria freqüentemente se mostrado disposto a seguir pela alternativa golpista. Para Jacob Gorender, Brizola ambicionava, ele mesmo, a Presidência da República. Decide lançar sua candidatura às eleições de 65, com o *slogan* “Cunhado não é parente”, referindo-se ao impedimento constitucional contra a candidatura ao cargo por parte de parentes de Goulart, que passaria o cargo ao candidato eleito, enquanto o próprio Jango buscava a reforma constitucional de modo a se reeleger (MIR, 1994, p. 125). Ainda sim, um eventual golpe de Estado liderado pelo presidente João Goulart, que parecia iminente para Brizola, seria aproveitado, pelos seus *grupos dos onze*, como início de uma revolução em território nacional.

⁵ Em seus pronunciamentos de rádio, Brizola pregava a organização de grupos que, unidos, formariam um “Exército Popular de Libertação”. Nestas oportunidades, Brizola comparava tais grupos a equipes de futebol, por isso o nome *grupos dos onze* (G11). Os G11 chegaram a contar inclusive com documentos como o intitulado “Instruções Secretas”, assinado pelo “Comando Supremo de Libertação Nacional”, instruindo os membros a buscarem compor-se apenas de “autênticos e verdadeiros revolucionários, destemerosos com da própria morte” (AUGUSTO, 2001, pp. 110-112). Abordaremos mais adiante, outra vez, a definição do Grupo dos Onze.

Os *grupos dos onze* foram meios encontrados por Brizola, inspirado na formação clássica do *grupo de combate* do Exército, para a implementação do caminho revolucionário, enquanto, segundo Luís Mir, aspirava ser o novo Fidel Castro da América Latina (1994, p. 85). Seu apoio militar era sólido, contando com aproximadamente 25 mil sargentos organizados pelo brizolismo que estariam, para o próprio Brizola, habilitados a enfrentar, numérica e politicamente, os 15 mil oficiais das três armas (MIR, 1994, p. 85). Para o Comando Nacional desses futebolísticos *grupos dos onze* de Brizola, um golpe vindo do próprio Jango e dos movimentos esquerdistas a ele aliados era mais provável que um eventual golpe direitista (GORENDER, 1999, p. 67)⁶. Outrossim, segundo relatório secreto da Agência Central de Inteligência (CIA) norte-americana, Brizola pressionava Goulart ao golpe enquanto Jango, mesmo dizendo não aceitar o ultimato brizolista para o golpe, acreditava ser a tomada de poder a única saída para a crise, planejando um golpe de Estado com a justificativa de fazer as *reformas de base* ou outros *slogans* populares, exercendo o controle da situação através da União Nacional dos Estudantes (UNE), a Confederação Geral dos Trabalhadores e os grupos de sargentos controlados por Brizola (MORAES NETO, 1997, pp. 103-105).

Mas Brizola não seria, para os conspiradores, o único dos aliados de Jango que tencionavam o golpe. Em tempos em que o *capitalismo-liberal* e o *socialismo-comunismo* enfrentavam-se ideologicamente, à medida que o mundo inteiro dividia-se entre dois blocos hegemônicos orientados por estas ideologias opostas, os conspiradores defendiam que uma das principais provas da intenção golpista

⁶ Gorender afirma que “No dia 24 de março [logo após o comício de Jango em frente à Central do Brasil e da primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade, sete dias mais tarde], segundo revelação ainda de Paulo Schilling, o Comando Nacional do Grupo dos Onze, reunido sob a presidência de Brizola, com a presença de líderes dos sargentos e marinheiros nacionalistas, avaliou as possibilidades de enfrentamento de um golpe e considerou que tinha maior probabilidade o golpe vindo da parte de Jango do que da direita. No caso da iniciativa janguista, decidiu-se que as forças de esquerda deveriam aproveitá-la para transformar o golpe em começo da revolução” (GORENDER, 1999, p. 67).

de Jango seria sua relação com alguns dos líderes comunistas, que estariam se apoiando em Goulart para o desenvolvimento de suas próprias estratégias – o rompimento do Brasil com o Mundo Livre e sua absorção pela órbita de influência soviética –, também ambicionando ou incentivando uma tomada do poder pelo *petebista*. Assim como o ex-governador do Rio Grande do Sul, notadamente Luiz Carlos Prestes, líder do PCB, igualmente teria se apoiado na liderança de Jango para a implementação de uma pretensa *revolução vermelha*. Segundo GORENDER, Prestes “Entregou irrestrita e publicamente a direção da revolução [comunista] a Jango. Levou o reboquismo a um ponto raramente atingido por um dirigente comunista” (1999, p. 68). Prestes também descartava a possibilidade de sucesso de um eventual golpe para derrubar Goulart, afirmando “Em conferência comemorativa no dia 27 (...) que não havia condições favoráveis a um golpe reacionário, mas, se este viesse, “(...) os golpistas teriam as cabeças cortadas”. No dia 29, por ocasião da festa que reuniu milhares de pessoas no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, repetiu a afirmação” (GORENDER, 1999, p. 70).

O envolvimento de líderes comunistas na *linha de frente janguista*, nestes tempos em que o mundo se polarizava em comunistas e capitalistas, não era vista com bons olhos, igualmente, por grande parte dos militares dissidentes que apoiavam Goulart. A recusa de Jango em romper com os líderes comunistas ou sindicatos em que comunistas tinham posição de comando que lhe apoiavam (notadamente o CGT – Comando Geral dos Trabalhadores, com grande infiltração comunista (SKIDMORE, 1985)) foi, em grande parte, motivo crucial não só para a necessidade, aos olhos dos conspiradores, de derrubá-lo, como também para a incapacidade do *petebista* de garantir apoio dos militares dissidentes para contra-atacar a sua deposição. Episódio exemplar é mencionado por Thomas Skidmore, quando descreve a recusa do General Amaury Kruel em montar uma resistência militar à derrubada de Jango, caso este não rompesse com o CGT, liderado por comunistas (SKIDMORE, 1988, p. 20).

A maioria das análises sobre Goulart, entretanto, parecem caracterizar Goulart antes como um oportunista sem uma ideologia em particular (WESSON; FLEICHER, 1983, p. 19), mesmo nas palavras dos que promoveram ou participaram da derrubada de Goulart, as quais parecem, em geral, descrever Goulart não como um comunista, mas como um “fraco, que se deixou levar pela esquerda, ou pela ‘maléfica’ influência de Leonel Brizola, este, talvez, para os militares, o maior vilão da história” (D’ARAUJO, DILLON SOARES & CASTRO, 1994, p. 11). Pelo seu parentesco com o Presidente Goulart, o vocabulário brasileiro ganhara uma nova expressão para se referir à pressão direta que Brizola exercia sobre Jango: a política brasileira sofria de *cunhadismo* (MORAES NETO, 1997, p. 100).

A luta contra o que acreditavam ser uma revolução comunista em território nacional é um dos principais fatores que caracterizam a “revolução” ou o “golpe” como, na verdade, um contra-golpe, já que a conspiração militar visava, segundo seus executores, evitar o que se pensava ser uma movimentação revolucionária vermelha posta em marcha pelas mãos do próprio Presidente e principalmente por seus aliados, aos quais Goulart, depois de buscar neles apoio para manter-se no poder, não mais conseguia controlar (WESSON; FLEICHER, 1983, p. 19).

No que respeita à luta contra a revolução ou golpe comunista pretensamente em marcha, o movimento contra-golpista de 64 teria suas raízes a um momento anterior: 1937, quando o Estado Novo de Vargas foi instituído pela marcha dos militares, com a mesma motivação de combate à *Ameaça Vermelha*, percebida pelos líderes das Forças Armadas como perigosamente próxima desde a malograda Intentona Comunista em novembro de 1935 (SILVA, 1985, p. 14).

As palavras do então ministro da Guerra, Gen. Eurico Gaspar Dutra, em 1937, mostram a semelhança entre o momento em que foram ditas e a crise com desfecho semelhante, vinte e sete anos depois. Para o General:

Não se trata de política, mas exclusivamente repressão ao comunismo. Ante a ameaça ostensiva dos elementos comunistas, precisa e publicamente caracterizados, o ministro da Guerra já fez de tudo quanto estava ao seu alcance. O crime de lesa-pátria, praticado em novembro de 1935, está prestes a ser repetido, provavelmente com maior energia e mais segurança de êxito. Não é fantasia do governo; os documentos de origem comunista são copiosos e precisos; as atitudes ofensivas dos elementos postos em liberdade são públicas e evidentes; as manifestações em praça pública são do conhecimento de todos; as declarações da imprensa, algumas sob assinatura, não deixam a menor dúvida. (apud SILVA, 1985, p. 14).

A influência dos líderes comunistas no front *janguista* pesaria, ainda, na medida em que a memória sobre a Intentona Comunista de 1935 ainda mantinha-se viva entre os militares, estando os conspiradores dispostos a engendrarem ao mesmo tempo uma vingança em 1964 pelo golpe recebido 29 anos antes como uma “limpeza” profunda na instituição, de modo que estivessem livres do mesmo perigo no futuro (D’ARAUJO, DILLON SOARES & CASTRO, 1994, p. 14).

A dúvida de que havia um golpe de Estado *janguista* em marcha, de todo modo, aos olhos dos conspiradores, não mais existia. As suspeitas, para os militares, eram cada vez mais fortes, à medida que Jango refugiava-se na busca de apoio das radicais de esquerda. Para Skidmore, no início de 1964 todos tinham suas suspeitas sobre as reais intenções do Presidente, enquanto suas atitudes generalizavam o temor em torno dos seus planos (1988, p. 42). Não obstante as intenções do Presidente, a situação em si teria criado, no Brasil, um clima pré-revolucionário, e a derrubada de Goulart caracterizar-se-ia como um contra-golpe justamente por ter abortado, como uma espécie de contra-revolução, a revolução vermelha que os conspiradores acreditavam estar em plena marcha no país.

Gorender, por sua vez, o batiza de *golpe preventivo*⁷, engendrado com vistas a abortar a ascensão de uma revolução comunista no Brasil, impulsionada no período de 1961 a 1964 e fruto de todo um movimento que se levantava enquanto as posições se polarizavam. Ele afirma que “Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse” (GORENDER, 1999, p. 73).

Desta forma, o movimento conspiratório de 1964 ganha contornos contra-golpistas, tão somente na medida em que, segundo seus executores, foi concebido com essa finalidade. Nesse sentido, a adoção da definição contra-golpe talvez mantivesse chances de fugir dos dois entendimentos mais comuns sobre o episódio, vindos, respectivamente, dos seus críticos e apoiadores: o de que em 1964 o que ocorreu foi um *golpe*, na medida em que as suspeitas dos conspiradores eram infundadas ou pouco procedentes e que, assim, seriam apenas justificativas para o solapamento das instituições democráticas, empreendido pelas “classes proprietárias” dispostas a impedir o movimento das “massas trabalhadoras”, como nos sugere BANDEIRA; bem como a definição de *revolução*, que aponta para justamente o contrário, ou seja, o que seria a procedência das suspeitas dos conspiradores, e a necessidade de fazer frente à esta ameaça, a exemplo do argumentado por AUGUSTO.

⁷ A idéia de *golpe preventivo* nos parece bastante pertinente à discussão em torno da definição da conspiração militar de 1964, uma vez que mantém semelhanças com a que se convencionou chamar Doutrina Bush, desenvolvida principalmente após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 ao território norte-americano. A Doutrina Bush defende a idéia de *preemptive strike* ou, justamente, *ataque preventivo*, e postula a ação militar unilateral norte-americana em caso de ameaça à segurança daquele país, baseada não em ataques consumados, o que a tornaria um contra-ataque, mas em possíveis ou iminentes movimentações dificilmente revertidas através do uso do conceito de *deterrence*, ou dissuasão, comunicando ao inimigo a “disposição de agir”. Enquanto o *ataque preventivo* visaria evitar uma ameaça avaliada como próxima, o conceito de *golpe preventivo* parece visar o mesmo objetivo, adaptado ao contexto doméstico.

ANEXO A2: INQUÉRITO POLICIAL MILITAR Nº 709: O PCB E O PCUS.

No ponto 3.2 apontamos para as que seriam as semelhanças entre o PCB e o PCS que caracterizariam, segundo os autores do IPM 709, o PCB como um porta-voz do PCUS no Brasil. As semelhanças às quais fizemos referência pelo inquérito estão anexas a seguir.